

**RESISTÊNCIAS:
PSICOLOGIA, NEGRITUDE
E SAÚDE MENTAL**

**COMISSÃO
ÉTNICO-RACIAL
DO CRP-PR**

Curitiba-PR, 2025





RESISTÊNCIAS: PSICOLOGIA, NEGRITUDE E SAÚDE MENTAL

Caderno temático Núcleo de Psicologia e Negritudes
Comissão Étnico-Racial CRP-PR

1.^a Edição
Curitiba - PR
2025



É permitida a reprodução desta publicação,
desde que sem alteração e citada a fonte.

Disponível também em www.crppr.org.br

1ª edição – 2025

Projeto Gráfico e Diagramação: Reberson de Souza Alexandre

Revisão textual: Karin Cristina da Silva

Pessoas organizadoras: Pamela Cristina Salles da Silva (CRP 08/20935);

Julia Gindre Soreano Lopes (CRP 08/32661)

Direitos para esta edição: Conselho Regional de Psicologia do Paraná

Avenida São José, 699. CEP 80050350 – Cristo Rei – Curitiba/PR

Fone: (41) 3013-5766

E-mail: crp08@crppr.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Resistências [livro eletrônico] : psicologia,
negritude e saúde mental : caderno temático
Núcleo de Psicologia e Povos Indígenas Comissão
Étnico-racial CRP-PR / [organização Pamela
Cristina Salles da Silva, Julia Gindre Soreano
Lopes]. -- 1. ed. -- Curitiba, PR : CRP 08, 2025.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia
ISBN 978-65-88355-10-7

1. Ancestralidade 2. Direitos humanos 3. Negros -
Identidade racial 4. Professores - Formação
5. Psicologia - Aspectos sociais 6. Relações raciais
7. Resistência 8. Saúde mental I. Silva, Pamela
Cristina Salles da. II. Lopes, Julia Gindre Soreano.

25-295176.0

CDD-150.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia : Aspectos sociais 150.1

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Comissão Étnico-Racial- CER

Coordenadora: Pamela Cristina Salles da Silva CRP 08/20935

Núcleo de Psicologia e Negritudes

Coordenadora: Julia Gindre Soreano Lopes CRP 08/32661

Ronaldo Adriano Alves dos Santos CRP 08/17591

Alana Araceli Placidino Gonçalves CRP 08/31846

Jefferson Olivatto da Silva CRP 08/13918

Jessy Nicole Mello de Souza

Kathia Regina Galdino de Godoy

Suzete Ferreira dos Santos

Marli Nunes dos Santos CRP 08/39048

Sandra Felicita Cuba (estudante)

Gabriele Soares Corrêa CRP 08/41929

Thaysa Zubek Valente CRP 08/18954

Núcleo de Psicologia e Povos Indígenas

Coordenadora: Ana Lúcia Ortiz Martins (Yvoty) CRP 08/45516

Fabio Henrique Arevalo CRP 08/15617

Ayla Krig Si Wollinger Fernandes (estudante)

Ananda Maquehue CRP 08/39983

Danieli Finhgre Felix CRP 08/45100

Gestão do XV Plenário de 2022 à 2025

Conselheira Presidenta :Psic. Ana Ligia Bragueto Costa (CRP-08/08334)

Conselheira Vice-presidenta : Psic. Sara Gladys Toninato (CRP-08/07092)

Conselheiro Tesoureiro : Psic. Andrey Santos Souza (CRP-08/30587)

Conselheira Secretária : Psic. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935)

Psic. Emerson Luiz Peres (CRP-08/06673)

Psic. Fábio José Orsini Lopes (CRP-08/09877)

Psic. Fabiola Regina Ortega (CRP-08/17317)

Psic. Graciane Barboza da Silva (CRP-08/23467)

Psic. Karen Aparecida Freitas de Oliveira (CRP-08/09015)

Psic. Kathia Regina Galdino de Godoy (CRP-08/14630)

Psic. Paulo Cesar de Oliveira (CRP-08/17066)

Psic. Sergio Bezerra Pinto Junior (CRP-08/26037)

Psic. Mario Seto Takeguma Junior (CRP-08/18972)

Psic. Cláudia Cibele Bitdinger Cobalchini (CRP-08/07915) – renunciou ao mandato em 08/03/2025

Psic. Fabiane Kravutschke Bogdanovicz (CRP-08/19219) – renunciou ao mandato em 22/06/2024

Psic. Fernanda Costa Peixoto Primo (CRP-08/12328) – renunciou ao mandato em 22/06/2024

Psic. Gedeoni Coelho Marques (CRP-08/28627) – renunciou ao mandato em 24/06/2024

Psic. Eduardo da Silva Antonio (CRP-08/30797) – renunciou ao mandato em 25/06/2024

Psic. Griziele Martins Feitosa (CRP-08/09153) – renunciou ao mandato em 22/06/2024

Psic. Gustavo Filipowski (CRP-08/27778) – renunciou ao mandato em 24/06/2024

Psic. Jéssica Alcimari Pelle (CRP-08/18477) – renunciou ao mandato em 23/06/2024

Psic. João Batista Martins (CRP-08/07111) – renunciou ao mandato em 24/06/2023

Psic. João Victor da Silva (CRP-08/25123) – renunciou ao mandato em 22/06/2024

Psic. Jorge Ivan Sada de Almeida (CRP-08/02536) – renunciou ao mandato em 17/10/2023

Psic. Julia Mezarobba Caetano Ferreira (CRP-08/25872) – renunciou ao mandato em 24/07/2024

Psic. Lorene Camargo (CRP-08/18894) – renunciou ao mandato em 27/01/2024

Psic. Matheo Bernardino (CRP-08/25791) – renunciou ao mandato em 22/06/2024

Psic. Natalia Cesar de Brito (CRP-08/17325) – renunciou ao mandato em 26/08/2024

Psic. Paulo Vitor Palma Navasconi (CRP-08/25820) – renunciou ao mandato em 22/06/2024

Psic. Rosiane Martins de Souza (CRP-08/14328) – renunciou ao mandato em 22/06/2024



PREFÁCIO

PAMELA CRISTINA SALLES DA SILVA

Este caderno temático nasce do *Encontro de Resistências – Psicologia, Negritude e Saúde Mental*, realizado em fevereiro de 2025, durante o XVIII Encontro Paranaense de Psicologia, na cidade de Maringá. Mais do que um registro de experiências, é desdobramento vivo de um processo coletivo que apostou na escuta como fundamento ético, na ancestralidade como horizonte político e na escrita como forma de continuidade e cuidado. Ele reúne reflexões, memórias e proposições que emergiram do Fórum de Resistências, um espaço construído de forma autônoma, insurgente e metodologicamente distinta do formato tradicional de mesas, conferências e falas unidirecionais.

A metodologia do Fórum se organizou em três tempos encadeados. No primeiro, realizamos uma roda de escuta com profissionais indígenas, negras e negros atuantes em Comissões Étnico-Raciais de diferentes Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), oriundos dos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pará, Amapá e São Paulo. Essa escuta não se deu como mera exposição de experiências, mas como gesto político e epistemológico de reconhecimento das práticas de enfrentamento ao racismo institucional, de construção de políticas públicas enraizadas e de elaboração cotidiana de uma Psicologia comprometida com os territórios e com os saberes que neles brotam. Cada fala ali partilhada reverberou como denúncia, anúncio e convocação à responsabilidade coletiva da categoria com a equidade racial.

Em um segundo momento, as participantes do Fórum foram divididas em grupos de trabalho, cada qual orientado por questões norteadoras que visavam estimular o pensamento situado, a expressão simbólica e a construção coletiva de sentidos. Os grupos foram estimulados por perguntas disparadoras relacionadas à: “Decolonizar Saberes”, sobre caminhos para tornar a Psicologia mais inclusiva e conectada aos saberes afro-indígenas, considerando a influência da Psicologia Preta, da Afrocentricidade e da Psicologia Indígena na prática profissional; “Resgatar a História” propunha um debruçar-se sobre a valorização de experiências e epistemologias negras e indígenas e sobre práticas psicológicas que reforçam ou combatem apa-

gamentos históricos; e “Cultivar o Futuro Ancestral”, que estimulava a reflexão sobre modos de fortalecer identidades não brancas sem patologizar seus sofrimentos, bem como estratégias para fomentar práticas comprometidas com a equidade racial. Após a elaboração coletiva de produções expressivas, como colagens, mapas simbólicos, frases e imagens, todos os participantes foram convidados a circular entre os grupos, conhecer os trabalhos construídos e partilhar suas próprias reflexões, em um circuito horizontal de trocas. Este momento, capturado em fotografias que integram o anexo desta edição, revelou-se como espaço sensível de construção de uma pedagogia da reciprocidade, da escuta encarnada e do pensamento em movimento.

Por fim, como terceiro tempo da metodologia do Fórum, os participantes foram convidados a compor um grupo de continuidade, responsável pela elaboração deste caderno temático. As pessoas que aceitaram esse chamado, e cujas vozes se fazem presentes nas próximas páginas, assumiram a tarefa de transformar as experiências vividas naquele espaço em palavra escrita, sem perder a força coletiva que as originou. Este caderno, portanto, não é apenas produto de um evento: é um desdobramento metodológico e político de um movimento que reconhece a escrita como prática de cuidado, como memória insurgente e como semente de transformação.

Enquanto autarquia pública, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), instituído pela Lei nº 5.766/1971, tem a função de orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional. Essa atribuição não se restringe à emissão de resoluções: também envolve o compromisso de zelar pelos direitos humanos e pela defesa de vidas que são apagadas quando a Psicologia se omite. Cumprir esse dever exige, necessariamente, produção e difusão de conhecimento.

Que esta publicação possa seguir circulando como território de escuta, como encruzilhada de saberes e como afirmação de que outras Psicologias – negras, indígenas, populares, comunitárias, insurgentes – não só são possíveis, como já estão sendo tecidas. Que cada página convoque a continuidade do que ali se iniciou, um fazer profissional capaz de seguir com ética e conhecimento, resistindo

sensivelmente, re-imaginando mundos possíveis, em conjunto, em roda e com alacridade!

Londrina - PR, agosto de 2025
Pamela Cristina Salles da Silva - CRP 08/20935
Coordenadora da Comissão Étnico-Racial
Conselheira Secretária do XV Plenário (2022-2025)





ÍNDICE

9

Prefácio

Pamela Cristina Salles da Silva

19

Da história silenciada à justiça social: a Psicologia no combate ao racismo

Gabriele Soares Corrêa

Pamela Cristina Salles da Silva

Memória I

Memória II

Memória II.I

Memória III

Que a lembrança gere ações

35

Psicologia Preta e Indígena: saberes como centro e fronteira de resistência

Jessy Nicole Mello de Souza

45

A memória em dança contra o seu apagamento: epistemologias negras e indígenas no resgate e reinvenção do fazer psi

Julia Gindre Soreano Lopes

65

Formação em Psicologia: militância estudantil, currículo decolonial e territorialização do saber

Bruno Correia da Mota

71

Psicologia Antirracista: compromisso político da formação à atuação

Lucca Dias Arieira

81

Importância da presença: ocupação de espaços institucionais e ações cotidianas para uma Psicologia Antirracista

Kathia Regina Galdino de Godoy

Lucca Dias Arieira

95

Nossa história

Pamela Cristina Salles da Silva

Primeiros passos dessa história

Diferentes formas de (re)existir

Florescendo nas frestas

Que venham muitas outras histórias

123

Registros imagéticos

147

Sobre nós



**DA HISTÓRIA SILENCIADA
À JUSTIÇA SOCIAL:
A PSICOLOGIA NO
COMBATE AO RACISMO**

GABRIELE SOARES CORRÊA

PAMELA CRISTINA SALLES DA SILVA

O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

De acordo com este princípio fundamental, expresso no Código de Ética da Psicologia, é possível adentrar a importância de reconhecer as nuances que envolvem as relações raciais no Brasil e seu impacto sobre o cuidado em saúde mental. Como um chamado ético-político, o princípio enuncia que a prática psicológica compromete-se com a transformação social. Isso significa que o exercício profissional não pode ser neutro ou alheio às desigualdades históricas e estruturais que atravessam a sociedade brasileira, especialmente no que tange às relações raciais e suas consequências para a saúde mental das populações negras e indígenas, grupos historicamente marginalizados e minorizados.

Analisar crítica e historicamente a realidade implica reconhecer que o sofrimento psíquico não emerge apenas de conflitos intrapsíquicos individuais, mas está profundamente enraizado nas formas de opressão, exclusão e violência produzidas ao longo da história colonial, escravista e racista do país. A atuação responsável da pessoa psicóloga exige, portanto, que ela compreenda como os marcadores sociais – como raça, gênero, idade, localização geográfica, classe e etnia – moldam o acesso a direitos, o reconhecimento social e os modos de constituição subjetiva.

No contexto da prática psicológica voltada às relações étnico-raciais, esse princípio ético convoca a Psicologia a enfrentar os efeitos do racismo como determinante social do sofrimento psíquico. Isso significa, por exemplo, reconhecer que as populações negras e indígenas não apenas sofrem violações de direitos, mas também enfrentam o silenciamento de suas memórias, saberes e modos de ser – como revelam os conceitos de “memoricídio” e “país antinegro” discutidos por Missiato [1] e Nunes de Quadros e Lima [2].

Assim, uma prática psicológica eticamente comprometida

deve ir além da clínica individual isolada e se engajar na análise crítica às estruturas que perpetuam o adoecimento social e psíquico dos povos negros e indígenas, compreendendo como tais fatores influem nas vivências das pessoas. Esse engajamento passa pelo reconhecimento da história como campo de disputa e pela valorização dos saberes marginalizados como elementos essenciais à saúde, à dignidade e à justiça social. Nesse sentido, a responsabilidade social da Psicologia se concretiza na sua capacidade de articular cuidado e denúncia, cura e resistência em prol da melhoria da qualidade de vida.

Considerando esse horizonte, o objetivo do presente capítulo é percorrer alguns pontos históricos fundamentais que se relacionam à constituição das subjetividades não brancas no Brasil, compreendendo como o racismo, a colonialidade e o apagamento da memória coletiva incidem sobre a saúde mental de povos negros e indígenas e como poderia ser diferente. Trata-se de um movimento de resgate e análise histórica, com vistas à uma Psicologia eticamente comprometida com a justiça e equidade racial e social visando à saúde integral.

Memória I

Ao abordar a história das relações étnico-raciais no Brasil, é importante considerar que o país foi o último nas Américas a abolir a escravização, processo que além de submeter os povos originários, também foi responsável pela maior parcela do tráfico de africanos escravizados durante os tempos modernos. Esse passado não é apenas uma memória distante, mas um alicerce ainda atuante nas formas contemporâneas de racismo, exclusão e violência. Diante disto, Nunes de Quadros e Lima [2] apontam que o histórico colonialista existente no Brasil, junto à noção de “superioridade do Ocidente”, provocou o genocídio de povos que fugissem dessa norma, tendo os povos africanos e indígenas como o maior alvo.

Mesmo após a abolição, a contínua perseguição e marginalização das pessoas indígenas e afrodescendentes prosseguiu,

pois, para além de negar direitos básicos ou afastar a presença física destes povos em espaços específicos, tal processo implicou também em tentativas sistemáticas de apagamento de suas culturas específicas. Missiato [1] debruçou-se sobre esse período constatando o apagamento da presença negra em diversas esferas, tais como a arte, as ciências, os espaços públicos e demais territórios de expressão do ser. A série de silenciamentos e apagamentos nada mais é do que o próprio resultado do colonialismo, isto é, da imposição de práticas e valores advindos do “além mar” com objetivo de dominar a população local.

Missiato [1], em seu estudo acerca da população negra brasileira, retoma o conceito de memoricídio ao exemplificar os processos de apagamento impostos pela colonização:

Suas histórias, são fragmentos e suas ancestralidades estão encobertas pelo denso véu da colonialidade escravagista. Não se sabe de que lugar de África vieram, a qual reino pertenciam, quais foram as principais lutas de seus ancestrais, como seu povo se organizou e construiu sua política milenar. Não se sabe qual o prato típico de seu país de origem, as danças que se dançavam e as músicas entoadas para o ninar de seus filhos noites após noites, séculos adentro. Não se sabe ainda qual homem ou qual mulher de sua linhagem foi o primeiro ou a primeira a tocar seus pés nesse país. Desse modo, enquanto a pessoa branca sabe, nós, pretas e pretos do Brasil, não sabemos. E não sabemos pelas imposições da colonização, pela força aniquilante da escravidão que reduziu a negritude a uma subcategoria humana que, sem acesso à história original, tomou para si mesma apenas os relatos da desonrosa posição existencial determinada pela coloração das epidermes.

Esse apagamento não é contingente ou acidental – ele é produto direto da lógica colonial que opera a fragmentação da memória e a negação da ancestralidade como formas de dominação. Ao encobrir a história dos povos africanos escravizados e impor o véu da ignorância forçada, a colonialidade escravagista estabeleceu um regime de silenciamento que se prolonga no presente. O “não saber” não decorre de esquecimento, mas de uma violência sistemática que retira da população negra o direito à sua própria história e a reduz à posição de objeto: sem passado, sem linhagem e sem voz. Missiatio [1] denuncia não só a perda de uma história, mas a imposição de uma identidade marcada pela ausência e pela inferiorização. O não saber transforma-se em um instrumento de desumanização, que impede a construção de um pertencimento pleno.

O assassinato das memórias – o memoricídio – opera, e segue operando, como instrumento de cerceamento não só quando ocorre a desvalorização das contribuições dos povos indígenas e africanos na constituição do Brasil, mas também quando os noticiários anunciam que jovens indígenas se suicidam em números alarmantes, ou que pessoas negras, constantemente privadas de seus direitos mais elementares, são alvo de abordagens policiais que frequentemente se encerram em violência e morte. Tais fenômenos não são eventos isolados ou “casos individuais de sofrimento”, mas expressões diretas de um sistema que nega às populações negras e indígenas o direito à identidade, memória, ao pertencimento cultural e territorial e à humanidade plena.

Os povos indígenas, cujas formas de vida, memória e pertencimento foram historicamente afetados pela colonização, também sofrem com a imposição de uma racionalidade única – advinda da colonização – que insiste nas tentativas de reconfigurar seus sentidos de existência, silenciando saberes milenares e desestruturando modos próprios de viver e de se relacionar com o mundo. Lançados à margem da história oficial, tiveram suas histórias e presença reduzidas à condição de ameaça ou obstáculo ao projeto civilizatório colonial. Como alertam Wayhs et al. [3],

A marginalização e o preconceito a que essa população está submetida leva à necessidade de aceitação pelos dominantes, com intenso sofrimento psíquico. Desse modo, ocorre uma série de transformações em seus modos de viver, como a fragilização dos laços comunitários e a desorganização de práticas culturais.

Esse esvaziamento dos vínculos de pertencimento e o enfraquecimento das referências coletivas atuam diretamente sobre a saúde mental dos povos indígenas, pois rompem com a integralidade de suas experiências. A violência colonial, portanto, não opera apenas pela expropriação territorial, mas também pela fragmentação da memória e da comunidade – elementos centrais para a construção de subjetividades que se sintam parte de um mundo próprio, enraizado e digno.

Tal lógica de apagamento, que atua pela negação da ancestralidade, não distingue entre os corpos negros e indígenas quando se trata de submeter subjetividades à ordem da colonialidade. Ambos foram historicamente excluídos dos processos de construção de políticas e conhecimentos que orientam o cuidado e a vida coletiva, tendo seus modos próprios de ser, curar e lembrar sistematicamente desautorizados. No presente, essa exclusão se perpetua nas estruturas institucionais que reproduzem modelos universais e homogêneos, negando a pluralidade epistêmica que sustenta suas culturas.

A recuperação dessas memórias não está a serviço apenas do povo afro latinoamericano, mas de toda pessoa afetada pelas toxinas coloniais, devolvendo também aos corações que foram dessensibilizados pelas tiranias normativas da colonização o direito de novamente amar e, por meio

desse direito, recuperarem a humanidade perdida [1].

Memória II

E no campo específico da saúde mental? Como reverberam nomes, histórias e contribuições não brancas que foram, e continuam sendo, centrais para a edificação do saber psicológico voltado às questões étnico-raciais? O silêncio que recobre essas presenças não é casual: ele é produto da colonialidade do saber, que elegeu como universais determinados paradigmas e sujeitos, enquanto relegou outros ao esquecimento. Ainda assim, dos becos da memória coletiva e insurgente, emergem figuras cujas trajetórias desafiam o apagamento e reivindicam um lugar de memória e reconhecimento.

Nesse movimento, a trajetória de Juliano Moreira requer lugar de destaque. Médico psiquiatra negro, atuante entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Juliano Moreira não apenas rompeu com os padrões excludentes de sua época, mas operou uma crítica radical à Psiquiatria colonial que associava loucura à raça. Nascido em Salvador, em 1872, no seio de uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e pelos resquícios da escravidão, Juliano ascendeu ao status de professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia em 1896 – feito histórico, considerando que enfrentou uma banca predominantemente escravocrata. Em seu discurso de posse, afirmou com contundência: “Há quem se arreceie de que a pigmentação seja uma nuvem capaz de marear o brilho dessa faculdade...” [4].

Mais do que um feito individual, a ascensão representou uma ruptura simbólica com o imaginário que relega pessoas negras à condição de inferioridade moral e intelectual. Juliano Moreira insurgiu-se contra a lógica racista que atravessava a sociedade e a Psiquiatria da época, expressas particularmente nas teses defendidas por Nina Rodrigues, que vinculavam a mestiçagem à degeneração mental. Ao recusar essa associação, Juliano posicionou-se como crítico pioneiro das teorias raciais biologi-

cistas. Em seus escritos, sustentava que os transtornos mentais não derivam da origem racial, mas sim de fatores sociais, ambientais e sanitários – como a sífilis, alcoolismo, miséria e a ausência de educação. Em suas palavras, era preciso realizar uma “higienização mental dos povos”, não no sentido eugenista que marcava o discurso dominante, mas como combate à ignorância e às iniquidades que adoeciam a população [4].

Como diretor do Hospital Nacional de Alienados, nomeado em 1903, Juliano Moreira promoveu transformações estruturais e éticas no tratamento psiquiátrico. Aboliu práticas desumanas como camisas de força e celas, implementou oficinas de trabalho terapêutico e bibliotecas, e defendeu uma abordagem humanizada e socialmente comprometida com os pacientes. Sua atuação pautou-se por princípios que hoje são considerados basilares no campo da saúde mental, como a dignidade do sujeito e a crítica às instituições de exclusão [4].

A presença de Juliano Moreira no cenário brasileiro de saúde mental não é apenas um fato biográfico de relevância histórica: é uma memória insurgente que interpela a colonialidade do saber ainda presente no campo psi e dá provas de que é possível outra construção acerca da compreensão e atuação na área da saúde mental. Sua vida e obra revelam como a produção de conhecimento, quando orientada pelo compromisso ético com a justiça social, pode resistir às epistemologias hegemônicas e abrir caminho para práticas mais humanas e plurais. Ainda hoje, sua figura desafia o silenciamento e o apagamento que acometeu muitos outros nomes não brancos da história da saúde mental no Brasil. Recuperar sua trajetória, portanto, é um ato político que se inscreve no esforço de reintegrar à memória coletiva os sujeitos historicamente desautorizados pela branquitude¹ epistêmica.

Memória II.I

Mesmo após a inserção histórica de Juliano Moreira, a

¹ A branquitude não é identidade racial, mas um sistema histórico e social de poder, opressão e dominação, sustentado por práticas culturais silenciosas que asseguram privilégios e desigualdades raciais [5].

Psiquiatria ainda prosseguiu com medidas excludentes, dando mostras de que a estrutura racista possui raízes fixadas no pacto da branquitude. De tal sorte que, no Brasil, práticas abertamente violentas e institucionalizadas seguiram operando ao longo do século XX, como evidenciado de forma brutal no caso do Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais. Conforme analisado no artigo “Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do Holocausto Brasileiro” [6], o Hospital Colônia, fundado em 1903, se constituiu como um dispositivo de morte operado pela Psiquiatria, no qual mais de 60 mil pessoas foram exterminadas não por serem loucas, mas por serem diferentes, pobres, racializadas, marginalizadas ou por desafiarem o pacto normativo da sociedade.

Nesse contexto, é nítido que a noção de saúde mental que sustentava tal instituição estava profundamente entrelaçada à lógica da colonialidade. O corpo internado, como descrevem os autores, era destituído de sua condição humana e transformado em objeto – passível de controle, descarte e até comercialização. O manicômio operava como um *lager* moderno, uma zona de suspensão da cidadania, um campo de experimentação de dominação sobre os corpos considerados diferentes da norma. A metáfora do campo de concentração não é uma hipérbole retórica: ela descreve uma política ativa de desumanização, regida por uma racionalidade administrativa que legitima a barbárie como técnica de gestão da diferença.

Horrores que não ocorreram à margem do projeto moderno, mas que dele fazem parte constitutiva. A Psiquiatria, nesse cenário, funcionou como engrenagem de uma racionalidade colonial que, sob o disfarce da técnica e da ciência, legitimou práticas de exclusão e morte. No Brasil, essa lógica se expressou de forma racializada: os corpos negros, indígenas, pobres e dissidentes foram sistematicamente capturados por uma política de higienização social, que os relegou aos espaços do manicômio, da prisão, da rua, da favela. O Hospital Colônia de Barbacena encarna essa política de extermínio: os “trens de doido”, os banhos

gelados, a triagem forçada, o sequestro de pertences e bebês, a venda de cadáveres... tudo compõe o dispositivo que transformou a diferença em descartabilidade. Desumanizar foi, ali, o caminho para matar. Essa lógica, que se expressou com brutalidade nos manicômios, também se mantém, sob novas formas, na vida de pessoas negras e indígenas.

Memória III

Como processo estrutural e estruturante da sociedade brasileira, que não se restringiu à Psiquiatria nem se encerrou no passado, o racismo também assume a face da desterritorialização, do epistemicídio e da imposição de uma racionalidade biomédica que silencia e fragmenta. A colonização não apenas arrancou territórios: interditou práticas ancestrais de cuidado, deslegitimou saberes milenares e instituiu um modelo hegemônico de saúde que, ao se afirmar universal, nega as cosmologias indígenas e seus modos próprios de produção de vida e subjetividade. Tais apagamentos, como evidenciam Wayhs et al. [3], são expressões ativas do racismo que está institucionalizado, pois segue operando nos serviços de saúde e nas políticas públicas. A ausência de indígenas nos processos decisórios e a implementação de práticas terapêuticas desconectadas de suas realidades contribuem para o agravamento das condições de saúde mental dessas populações.

Esse esvaziamento da experiência coletiva e o enfraquecimento das referências culturais não ocorrem de forma acidental, mas também como resultado direto de políticas públicas que, embora formalmente reconheçam a diversidade cultural, na prática ainda operam sob a lógica da homogeneização das vivências. Wayhs et al. [3] destacam que o sofrimento indígena não pode ser reduzido à lógica diagnóstica biomédica, pois está entrelaçado aos impactos históricos da colonização, ao racismo estrutural e à descontinuidade de práticas que promovem o cuidado integral nas comunidades.

As consequências psíquicas dessa desautorização sistemá-

tica dos modos de viver e cuidar dos povos indígenas são profundas. Diante da imposição de um modelo médico hegemônico e da exclusão dos indígenas dos processos de formulação e execução das políticas públicas, ocorre uma crescente fragilização dos laços sociais e comunitários [3]. Ela repercute diretamente na saúde mental, pois compromete o sentido de pertencimento e rompe a continuidade simbólica com a ancestralidade, elemento central nas cosmologias indígenas. A violência colonialista, portanto, não se restringe ao plano físico ou territorial, mas se estende à dimensão subjetiva, promovendo sentimentos coletivos de deslocamento, insegurança e sofrimento.

Ademais, a marginalização social e o preconceito racial intensificam a vulnerabilidade psíquica desses povos, levando à intensificação de problemas psicossociais como a dependência química, a violência e o suicídio, fenômenos que não podem ser compreendidos fora do contexto de negação cultural e territorial que os produz. A tentativa constante de “integração” dos povos indígenas à lógica hegemônica, além de silenciar práticas tradicionais, implica também na exigência de renúncia aos próprios modos de existência, gerando uma tensão identitária que atua como geradora de sofrimento psíquico. Trata-se, assim, de um racismo que atua de modo difuso, mas potente, promovendo um adoecimento coletivo enraizado na ruptura com os fundamentos que sustentam o ser indígena no mundo [3].

As Referências Técnicas de Atendimento aos Povos Indígenas, criadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2022 e atualizadas em 2024, também apontam que o racismo contra povos indígenas manifesta-se tanto no plano simbólico quanto material. Trata-se de uma violência estrutural que naturaliza a desigualdade e transfere a responsabilidade dos agravos sofridos às próprias comunidades, por meio da vitimização e culpabilização. Expressões como “eles são assim mesmo” ou “isso é da cultura” não apenas invisibilizam a agência indígena, mas isentam o Estado e a sociedade das violências históricas e contínuas às quais os povos originários estão submetidos [7]. Tais posturas repro-

duzem a colonialidade, sustentando a ideia de que os modos de ser, pensar e viver indígenas são obstáculos ao desenvolvimento, quando, na verdade, são alvos sistemáticos de deslegitimação.

No campo da saúde mental, esses impactos são evidentes. O sofrimento psíquico dos povos indígenas está estreitamente relacionado à desorganização de seus modos de vida, provocada por políticas colonialistas que fragilizam laços comunitários e desestruturam práticas culturais. O racismo religioso, por exemplo, atua interditando rituais tradicionais que são centrais para a manutenção do bem viver e da saúde comunitária. Muitos povos, pressionados por agentes externos, enfrentam represálias ao praticarem seus rituais ou são incentivados a abandoná-los, o que agrava sentimentos de desamparo e vulnerabilidade psíquica [7].

As violências sofridas, portanto, não são episódicas, mas estruturais e acumulativas. Vão desde a perda de territórios, a exploração predatória dos bens ambientais e a falta de acesso a serviços básicos, até o cerceamento da expressão cultural e espiritual. O racismo institucional se faz presente quando a política de saúde impõe um modelo universalizante, desconsiderando os saberes próprios dos povos indígenas e os forçando a se adaptarem à uma lógica biomédica que não dialoga com suas cosmologias [7]. Essa imposição gera sofrimento psíquico e pode levar ao uso excessivo e ineficaz de psicotrópicos, violências e até mesmo suicídio.

Ademais, o próprio conceito de “saúde mental” é um termo ausente nas cosmologias indígenas, sendo uma construção da ocidental que, se imposta, pode obscurecer formas tradicionais e espirituais de cuidado. A Psicologia, ao atuar junto aos povos indígenas, precisa reconhecer que suas categorias teóricas não são universais e que a imposição de modelos terapêuticos coloniais pode aprofundar os danos já impostos por séculos de etnocídio e genocídio [7].

Que a lembrança gere ações

Recuperar memórias, reconhecer saberes e enfrentar as estruturas de apagamento que atravessam a história brasileira não é apenas um dever ético da Psicologia: é uma ação de cuidado fundamental e, ao mesmo tempo, um posicionamento político. A luta contra o memoricídio – seja ele dirigido a povos negros ou indígenas ou demais grupos racialmente e étnicamente implicados – exige da profissão uma postura ativa, capaz de articular clínica e política, cura e denúncia, não apenas no campo da escuta individual, mas na incidência sobre as estruturas sociais que perpetuam o sofrimento coletivo. Esse é um chamado que convida a profissão a ir além do atendimento pontual e a se inserir nos processos históricos de disputa de narrativas, reescrevendo junto com as comunidades a história que lhes foi negada.

Assumir esse compromisso significa compreender que a Psicologia não é neutra: toda prática, todo conceito, todo protocolo está situado em uma trama histórica e ideológica. Ao se repositonar, a profissão deixa de funcionar como instrumento de adaptação à ordem vigente para se afirmar como prática de transformação social. Isso implica restituir às subjetividades historicamente silenciadas o direito à história, território, identidade e à dignidade, reconhecendo que o cuidado genuíno é inseparável da justiça social. Significa reconhecer que não há saúde mental possível em contextos de racismo, colonialidade e desigualdade estruturais, e que o trabalho psicológico comprometido precisa desmontar essas engrenagens e criar brechas para modos de vida dignos.

Nesse gesto, cuidar é também resistir: resistir à lógica colonial que insiste em fragmentar, silenciar e desumanizar. Resistir é manter viva a memória como fonte de pertencimento, como força de reconstrução de vínculos e como possibilidade de reexistência. É criar espaços onde o saber tradicional, a oralidade, a espiritualidade e a ancestralidade possam ser vividos e transmitidos, sem a imposição de filtros coloniais que desautorizam o que não se enquadra na lógica ocidental. É, enfim, compreender

que cada vida preservada, cada história recuperada e cada saber reativado são atos de enfrentamento ao projeto de apagamento que moldou a história do país.

Para a Psicologia comprometida com a vida, manter viva a memória é manter viva a própria humanidade. É recusar a cumplicidade com o esquecimento forçado e com a destituição de sentidos de existência. É afirmar que saúde mental não é apenas ausência de sintomas, mas a presença plena de vínculos, territórios, histórias e identidades que nutrem o ser. Assim, a responsabilidade social da Psicologia se concretiza quando a escuta se converte em ação, quando a clínica se abre à história e quando a memória se torna não apenas lembrança, mas também ferramenta de justiça e de reconstrução do futuro.

REFERÊNCIAS

[1] Missiato, L. A. F. (2021). Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. *Revista Memória em Rede*, 13(24), 252-273. <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/20210>

[2] Nunes de Quadros, Y., & Lima, L. (2020). Psicopatologia e racismo: população negra em foco. *Psicopatologia crítica: perspectivas do sofrimento existencial*, 1(1). <https://koan.emnuvens.com.br/psicopato/article/view/40>

[3] Wayhs, A. C. D., Bento, B. do A. R., & Quadros, F. A. de A. (2019). Políticas públicas em saúde mental indígena no Brasil. *Trayectorias Humanas Transcontinentales*, 4. <http://www.unilim.fr/trahs/1502>.

[4] Iriart El-Bainy, E. (2007). *Juliano Moreira: o mestre, a instituição*. Edição comemorativa dos 135 anos de nascimento do Professor Juliano Moreira e 133 anos de fundação do Hospital Juliano Moreira da Bahia. Memorial Professor Juliano Moreira (1ª. ed).

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/juliano_moreira_mestre_instiuiacao_p1.pdf e https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/juliano_moreira_mestre_instiuiacao_p2.pdf.

[5] Bento, C. (2022). *O Pacto da Branquitude*. Companhia das letras.

[6] Matos-de-Souza, R., & Medrado, A. C. C. (2021). Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do “Holocausto Brasileiro”. *Saúde em Debate*,

45(128), 164-177. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112813>

[7] Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2024). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) junto aos Povos Indígenas* (2ª ed.). Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/09/crepop_indigenas_revisada_2024_2ed.pdf



**PSICOLOGIA PRETA
E INDÍGENA:
SABERES COMO CENTRO E FRONTEIRA
DE RESISTÊNCIA**

JESSY NICOLE MELLO DE SOUZA

A Psicologia, tal como instituída no Brasil, carrega as marcas de um projeto epistemológico eurocentrado que desautorizou e silenciou os saberes negros, indígenas e periféricos. Longe de ser neutra, essa Psicologia hegemônica – nascida da colonialidade do saber – atua ainda hoje como mediadora de exclusões e reforçadora de normas brancas, masculinas, heterossexuais e cristãs que operam como universais.

Grada Kilomba [1] nos alerta sobre como o conhecimento, no contexto colonial, foi sistematicamente vinculado à autoridade racial. O saber branco passou a definir não apenas o que é científico, mas sobretudo quem pode falar e a partir de onde se pode ser ouvido. Assim, pessoas negras e indígenas foram historicamente situadas fora da produção do conhecimento, posicionadas como objetos de estudo ou como portadoras de atraso e irracionalidade. Ao denunciar essa lógica, Sueli Carneiro [2] aponta que a construção do Outro como não ser é o fundamento da branquitude enquanto norma universal. Essa construção ontológica desumaniza e deslegitima os corpos e saberes racializados, instaurando uma Psicologia que, ao invés de curar, reproduz violência epistêmica e existencial.

Neste contexto, a proposta de uma Psicologia Preta e Indígena não é mera adaptação multicultural do modelo dominante. É, ao contrário, um chamado radical à transformação das bases epistemológicas da Psicologia enquanto campo de saber-poder. Inspirados nas contribuições de Lélia Gonzalez [3] e Abdias do Nascimento [4], entendemos que a centralização de saberes originários é condição para a construção de uma Psicologia de fato comprometida com a justiça racial, a dignidade dos povos oprimidos e a reinvenção de formas de existência para além do trauma colonial.

A noção de “inclusão”, quando desprovida de crítica, opera como armadilha. É nesse ponto que se faz urgente desmascarar os discursos aparentemente progressistas que, ao prometerem espaço para as diferenças, exigem que estas se encaixem em moldes já postos. Trata-se, na prática, da lógica da assimilação,

a qual ao invés de transformar as estruturas que marginalizam, empurra os sujeitos racializados a performar o padrão hegemônico como condição de aceitação.

Como alerta Grada Kilomba [1], a inclusão torna-se, nesse cenário, uma forma de domesticação. Os corpos negros e indígenas, quando admitidos nas universidades ou nas instituições, são convocados a deixar para trás suas histórias, suas epistemologias, suas cosmovisões. São bem-vindos, desde que não desestabilizem o sistema. Desde que silenciem sua ancestralidade.

Sueli Carneiro [2] já denunciava que o projeto da branquitude é, antes de tudo, o projeto da exclusão sob aparência de neutralidade. A branquitude, enquanto norma invisibilizada, define o que é “adequado”, “científico”, “civilizado” – e, por isso mesmo, exige que o outro se desconecte de si para caber no espaço “comum”. Contra isso, Abdias do Nascimento [4] propôs a ideia de “quilombismo” não apenas como resistência, mas como projeto político-pedagógico. Em vez de adaptar sujeitos negros e indígenas ao interior da estrutura opressora, propõe a construção de novas estruturas baseadas na coletividade, na ancestralidade, no pertencimento comunitário e no reconhecimento da diferença como potência.

Nesse sentido, a Psicologia precisa urgentemente abandonar a postura de integração assimiladora e assumir o compromisso ético-político com a transformação estrutural. Como diz Lélia Gonzalez [3], não se trata de permitir que os sujeitos negros “ocupem” espaços, mas de reorganizar os espaços a partir dos saberes que esses sujeitos carregam. Isso exige deslocar o olhar, inverter os centros, romper com a pretensão de universalidade.

O que está em jogo, portanto, é muito mais do que “dar lugar” a outras vozes. É reconhecer que essas vozes sempre estiveram presentes – abafadas, distorcidas, exotizadas – e que agora exigem não mais permissão, mas centralidade. Como afirma Kilomba [1], “falar é uma ocupação política”. E é esse o movimento que a Psicologia Preta e Indígena propõe: não apenas falar, mas fundar outros modos de escuta, outros modos de cuidar, outros

modos de existir.

A Psicologia, ainda hoje, se sustenta em premissas eurocêntricas que operam como verdadeira violência cognitiva, apagando saberes negros, indígenas e periféricos. Esse processo de negação e invisibilização sistemática dos conhecimentos do Sul configura o que muitos autores denominam epistemicídio, uma forma de extermínio intelectual que ocorre quando se suprem ou deslegitimam epistemologias que não se conformam ao cânone dominante [5].

Em “Tornar-se negro” [6], a psicanalista Neusa Santos Souza expõe como certos caminhos subjetivos e formas de pertencimento negro são continuamente fragilizados pela hegemonia branca, revelando o sofrimento psíquico que nasce da desapropriação cultural e epistemológica. Para ela, a identidade negra não deve ser tratada como problema clínico, mas entendida como resistência existencial, ancestralidade viva e potência de outros modos de ser.

Descolonizar a Psicologia implica, então, colocar epistemologias negras e indígenas não como complemento, mas como eixos centrais. É preciso deslocar o conhecimento eurocêntrico do pedestal e reconstruir uma estrutura que garanta a coexistência plural dos saberes – um contraponto necessário ao monoculturalismo acrítico. Souza [6] propõe que a clínica reconquiste sua dimensão política, voltando-se para a escuta comunitária das vivências negras e para as narrativas de corpo e ancestralidade como caminhos legítimos de cuidado e cura.

Essa transformação demanda um compromisso com uma ética de escuta que seja dialógica, situacional e relacional, em que não se aplica o discurso científico sobre os sujeitos, mas se tece conhecimento junto a quem tem sido estudado e subjugado. Significa, enfim, lançar a Psicologia em outro plano: aquele em que a pesquisa e a prática dialogam em pé de igualdade com saberes locais, populares, orais. Quando clinicar envolve cantar, rezar, construir redes de cuidado coletivo e reconhecer as lideranças indígenas, é possível construir uma Psicologia que reterritoria-

lize os modos de cura como práticas comunitárias, não apenas expertise profissional.

Nesse sentido, a Psicologia das Florestas se apresenta como um exemplo potente de práticas decoloniais que vêm sendo produzidas no contexto das Psicologias Indígenas. Pode ser brevemente compreendida como um processo de cura mediado pelo corpo, pela comunidade e pela ancestralidade. Trata-se de uma prática enraizada, anterior às construções ocidentais de cuidado, e resistente às lógicas de monocultura da mente, ou seja, aquelas que separam o mental do corporal, do espiritual e do coletivo [5].

Como exemplo de construções de resistência negra por meio da revolução das epistemologias eurocêtricas, a Psicologia Africana se apresenta como metodologia que propõe resgatar a centralidade de elementos civilizatórios afro-brasileiros, como a valorização da ancestralidade, oralidade, espiritualidade, coletividade e circularidade nas relações. Trata-se de um modelo de cuidado em saúde mental sustentado por filosofias africanas e, por isso, enraizado em práticas afetivas, históricas e comunitárias [7].

A clínica afrocentrada, por sua vez, também se forma como prática de resistência no campo da Psicologia ao buscar construir intervenções que reconheçam as subjetividades negras atravessadas pelos processos de racialização. Parte-se do entendimento de que o sofrimento emocional da população negra não pode ser compreendido de forma isolada, mas sim em constante interlocução com o social, marcado pelo racismo estrutural e pela produção de violências raciais [7].

Dar centralidade aos saberes negros e indígenas também exige um posicionamento ético-político frente à atuação da Psicologia como campo profissional. Isso significa deslocar a ideia de que o conhecimento serve apenas à performance técnica para compreendê-lo como parte das lutas coletivas e territoriais dos povos racializados.

A Psicologia não pode continuar se pretendendo neutra ou universal enquanto seus efeitos colaboram com a manutenção

de desigualdades. Abdias do Nascimento [4] indica que não há neutralidade possível num país erguido sobre o genocídio de populações marginalizadas, e que o campo do conhecimento não está isento de responsabilidade nessa trama. Ao contrário, como advertia Lélia Gonzalez [3], a omissão da Psicologia diante do racismo é uma das formas mais sofisticadas de sua reprodução.

É nesse sentido que entendemos que o compromisso com os movimentos sociais não é um “acréscimo” ao fazer profissional da Psicologia, mas parte de sua própria constituição. O cuidado com a saúde mental de populações negras, indígenas e periféricas passa necessariamente pela compreensão das violências históricas que estruturam o Brasil: o epistemicídio, o apagamento da ancestralidade, o deslocamento forçado, a despossessão territorial e a perseguição religiosa. Assim, escutar essas populações não é apenas uma tarefa técnica, mas um ato de devolução de dignidade e reparação simbólica. Isso exige, como aponta Sueli Carneiro [2], romper com a lógica meritocrática da branquitude, que individualiza a superação da exclusão, ao passo que transforma os marcadores sociais em fraquezas individuais.

Nesse cenário, o que se propõe é que a Psicologia não mais se posicione como instância de regulação, mas sim como instrumento de potencialização das formas coletivas de resistência, um saber em constante movimento que se deixa afetar pelos povos historicamente silenciados. Ao lado dos movimentos sociais, nas comunidades, escolas, terreiros, aldeias, casas de axé e ocupações urbanas, é que a Psicologia Preta e Indígena se reinventa enquanto prática de transformação da realidade.

Essa reinvenção só é possível quando a Psicologia se dispõe a reconhecer os saberes originários como fontes legítimas e valiosas de produção de conhecimento. Como aponta Grada Kilomba [1], os saberes negros sempre existiram, mas foram sistematicamente desqualificados por uma lógica colonial que posiciona o “outro” como exótico, irracional ou atrasado. Romper com essa estrutura significa adotar uma postura de escuta ativa, em que a pessoa psicóloga reconhece sua posição no mundo, se

descentraliza e se abre ao aprendizado. A Psicologia Indígena, por exemplo, não é uma derivação da Psicologia ocidental, mas um corpo de práticas, cosmologias e filosofias de vida que envolvem o cuidado com o outro de forma relacional, coletiva e espiritualizada.

Nas epistemologias indígenas, o sofrimento não é propriedade da pessoa, mas atravessa o corpo comunitário, o território, os vínculos. A cura, portanto, também não é uma meta individual, mas um projeto coletivo. Esse modo de conceber a subjetividade desafia os paradigmas hegemônicos da Psicologia moderna, centrados na individualidade, racionalidade e medicalização do sofrimento. É nesse ponto que a Psicologia Preta e Indígena se afirma como possibilidade de reencantamento dos processos de cuidado, no qual o saber não é apenas cognitivo, mas ancestral, ritual, sensível. Neusa Santos Souza [6] nos oferece pistas importantes sobre como essa subjetividade racializada é muitas vezes lida como inadequação ou disfunção, quando, na verdade, carrega em si potências simbólicas de reinvenção.

A escuta dessas potências exige, portanto, que a Psicologia se desfaça da ilusão de neutralidade e assuma o risco de se transformar. Esse risco não é ameaça, mas caminho. Um caminho que passa pela espiritualidade, memória coletiva e oralidade, pela dança e música, pelo silêncio, saberes cotidianos e territórios de existência e resistência que a branquitude tentou apagar, mas que persistem, vivos, nas frestas, corpos e palavras.

Concluir esse capítulo não é encerrar a discussão, mas assumir o compromisso de continuidade. A Psicologia Preta e Indígena não é um modelo a ser replicado, mas uma prática viva, situada, comprometida com a vida e com a justiça. Como nos ensina Lélia Gonzalez [3], é preciso desmontar as armadilhas da democracia racial, que apaga as violências sob a ideia de harmonia, para construir novas formas de convivência e escuta baseadas na equidade e no reconhecimento da diferença como valor.

Que a Psicologia abandone o papel de guardião da norma e se reconheça como ferramenta de transformação. Para isso, ela

deve colocar no centro as vozes historicamente silenciadas – não como concessão, mas como fundação. Afinal, como disse Grada Kilomba [1], “quando começamos a falar, deixamos de ser objetos e nos tornamos sujeitos”. Que a Psicologia, portanto, aprenda a ouvir e, mais do que isso, a ser transformada por aquilo que ouve.

REFERÊNCIAS

[1] Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

[2] Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo (USP)]. Repositório da USP.

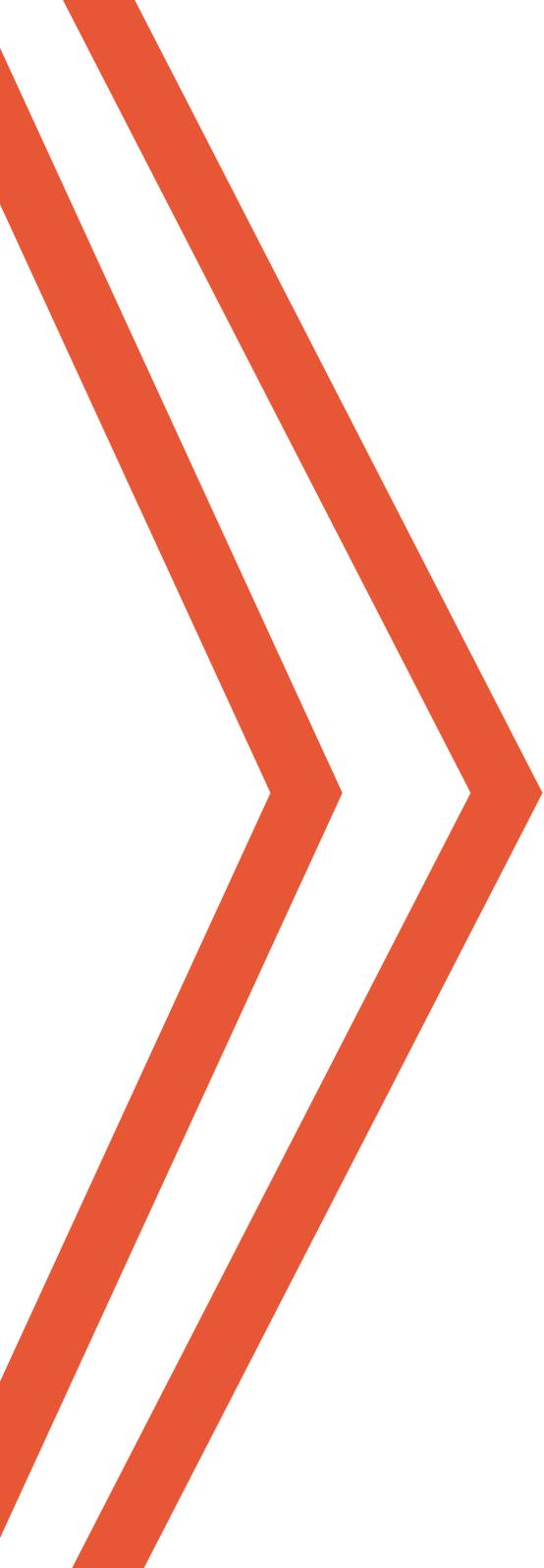
[3] Gonzalez, L. (2021). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.

[4] Nascimento, A. do. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (3ª ed.). Perspectiva.

[5] Kanhgág, R. P. (2023). *Psicologia das florestas: saúde mental na perspectiva Kanhgág*. Esabe. <https://esabe.com.br/psicologia-das-florestas/>

[6] Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar.

[7] Chaveiro, M. M. R. de S. (2023). Psicologia africana e clínica afrocentrada: estratégias e ferramentas metodológicas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 16. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1590>





**A MEMÓRIA EM DANÇA
CONTRA O SEU
APAGAMENTO:
EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E INDÍGENAS NO
RESGATE E REINVENÇÃO DO FAZER PSI**

JULIA GINDRE SOREANO LOPES

A Resolução nº 18/2002 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) [1] estabelece diretrizes fundamentais para a atuação de pessoas psicólogas diante de situações de discriminação racial. Ancorada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Código de Ética Profissional da Psicologia, a normativa reconhece o compromisso da profissão com a superação das opressões sociais, investindo atenção especial às dinâmicas raciais que estruturam a sociedade brasileira. Além disso, determina que seus profissionais não devem se omitir frente ao crime de racismo, tampouco promover, sustentar ou reforçar práticas que perpetuem estigmas ou desigualdades raciais.

Nessa direção, o racismo pode ser representado como um processo notadamente ideológico, culminando em diversas esferas práticas de discriminação racial. Refere-se a um discurso de exclusão constantemente perpetuado e reinterpretado a partir dos interesses de quem dele se beneficia [2].

Ainda que a pauta antirracista venha sendo acolhida pelo Sistema Conselhos, persiste uma dificuldade estrutural na forma como o racismo é compreendido e difundido dentro da própria Psicologia. Dificuldade esta que é permeada e perpetuada pela exclusão de autoras (es) e estudos de epistemologias negras e indígenas na graduação [3]. Alves et al. [4] indicam que, muitas vezes ainda, se negligencia dentro do campo psi o fato de que o racismo não se resume a atitudes individuais, mas constitui um sistema de poder que organiza a vida social, atravessando a constituição psíquica de pessoas brancas e negras, sustentando vantagens e desvantagens mediadas pela raça.

A branquitude, nesse contexto, torna-se referência normativa da humanidade às custas da desumanização de corpos e saberes não brancos. Assim, Souza [5] coloca que, para ser tida como humana, a pessoa negra deve buscar se aproximar dos padrões da branquitude; esta relação ilustra uma dinâmica de submissão ideológica que se inicia com a colonização e perdura até os dias de hoje.

Kilomba [6] indica ainda, por meio dos mecanismos de cisão

e projeção, as ferramentas pelas quais a branquitude imprime sobre a pessoa negra todas as características tidas como más e rejeitadas por ela mesma. Assim, a negritude vai se constituindo como tela por meio da qual a branquitude projeta os elementos e adjetivos que teme encontrar em si mesma.

O povo negro, em sua totalidade, enfrenta formas específicas de rejeição e estratégias de reintegração forçada ao tecido social, quase sempre mediadas por silenciamentos e distorções. Para pensar esse processo, González [2] recorre às noções de consciência e memória. A consciência, segundo a autora, é o território do esquecido, ou seja, o que foi encoberto, alienado, interdito por um discurso ideológico que opera para construir a negritude, enquanto história e contribuições, como ausência. Já a memória é definida como um “não saber que se sabe”, assim sendo uma verdade que persiste, sobrevivendo ao apagamento, pois carrega histórias que não foram escritas, mas continuam vivas nos corpos, nas práticas e nos símbolos. Em suas palavras, “a consciência exclui o que a memória inclui” [2].

A consciência, assim, é a fala dominante de uma cultura que impõe sua lógica como única possível. Por isso, age recobrando a memória, ofuscando-a. Mas a memória não se deixa anular por completo, ela resiste nas frestas, nos atos, nas palavras que escapam da lógica dominante. Quando se trata da experiência negra no Brasil, González [2] compreende a consciência como um processo ativo de esquecimento, um esforço de apagamento operado pelo discurso do branqueamento que tenta aplacar os traços da negritude para torná-la “aceitável”, embranquecida e por isso inofensiva. A memória, por outro lado, insiste: ela preserva, reinscreve, reconstrói.

Compreendendo tais implicações, diversas intelectuais negras têm contribuído, de maneira profunda e comprometida, para a construção do pensamento crítico no campo da Psicologia e Psiquiatria. Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Lélia González e Maria Aparecida da Silva Bento, entre outras, apontam os impactos do racismo na constituição subjetiva de pessoas

negras, enfatizando seus efeitos psíquicos como expressão de um projeto de desumanização sistemática. Como ressaltam Alves et al. [4], essas autoras possibilitam a compreensão ampliada do sofrimento racializado, desvelando o racismo como dispositivo de humilhação, controle e produção de inferioridade.

A partir dessa perspectiva, torna-se necessário reconhecer que o conceito de raça não possui fundamento biológico, uma vez que não existem marcadores genéticos que sustentem qualquer hierarquia entre diferentes grupos de seres humanos. No entanto, como categoria ideológica, a raça opera com força normativa. A colonialidade impôs ao mundo um modelo de humanidade hierarquizado, no qual a razão, a ciência e a verdade foram monopolizadas pela cultura ocidental, enquanto os saberes de matriz africana, ameríndia e popular foram deslegitimados, silenciados ou folclorizados [4].

A travessia do Atlântico marca mais do que o deslocamento forçado de corpos africanos: representa uma ruptura violenta de mundos, o sequestro de identidades e a tentativa de obliteração de memórias, línguas, espiritualidades e formas de organização social. Assim, Nascimento [7] estabelece a escravização brasileira como um marco estruturante das relações entre povos advindos de três continentes distintos. Esse processo forçou o encontro entre pessoas com origens, culturas e visões de mundo diversas, sob a imposição de um projeto colonial que objetivava forjar a construção de uma nova nação baseada na exploração de corpos negros. Segundo o autor:

A imediata exploração da Nova Terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravização. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já apareciam exercendo o seu papel de 'força de trabalho'. Em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e

organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes.

Ainda que as estimativas indiquem que cerca de quatro milhões de pessoas africanas foram atravessadas à força pelo Atlântico rumo ao Brasil, Nascimento [7] reforça que é praticamente impossível adivinhar o número real. Isso se deve, entre outros fatores, ao decreto emitido por Ruy Barbosa, então Ministro da Fazenda, que ordenou a destruição de todos os documentos relacionados ao comércio de escravizados (os), um esforço em prol da omissão da violência escravocrata. Reforçando, então, os esforços da consciência em aplacar a memória [2].

Subjugada, desprezada e aculturada, a população negra escravizada desempenhou papel decisivo na construção da economia nacional, cuja base repousa no trabalho braçal forçado sustentado pela exploração imperialista. Ainda assim, os frutos desse trabalho foram distribuídos exclusivamente entre a elite branca europeia. Para justificar essa exploração, criou-se um discurso ideológico, buscando mascarar a violência por trás de uma retórica de benevolência e legalidade, a fim de construir uma imagem positiva do Brasil perante as nações estrangeiras [7].

Entre as narrativas sustentadas estava a ideia de que a escravização já existia no continente africano e que o tráfico atlântico atuaria como “salvação” para as pessoas africanas, retirando-as de condições ainda mais cruéis de exploração. Outras justificativas apelavam à ideia de que, por serem países católicos, Portugal e Espanha teriam promovido uma forma “mais humana” de escravização quando comparados às nações protestantes, argumento que incluía o suposto papel mediador e pacificador da Igreja Católica. No entanto, como demonstra Nascimento [7], a Igreja Católica não apenas contribuiu com o apagamento cultural dos povos africanos, como também legitimou a escravização ao associá-la à salvação espiritual por meio da conversão ao cristianismo.

A dominação simbólica, assim, foi um dos pilares da dominação

colonial. Nesse sentido, Fanon [8] observa que o colonialismo não apenas explora economicamente os territórios invadidos, mas impõe uma forma específica de violência epistêmica: suprime línguas, desmonta estruturas culturais e espiritualidades locais, com o objetivo de instalar a superioridade branca como verdade universal.

Os efeitos da colonização podem ser reconhecidos, entre outros aspectos, no fenômeno do glotocídio, entendido como o assassinato sistemático de linguagens, dialetos e formas de expressão cultural, prática amplamente exercida contra os povos indígenas no Brasil. A este respeito, Veronelli [9], inspirada na teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano, propõe o conceito de colonialidade da linguagem para nomear a forma como ela foi transformada em instrumento de dominação, apagamento e deslegitimação de outros mundos de sentido.

A autora argumenta que, durante a invasão e colonização das Américas, as línguas dos povos originários e africanos foram enquadradas como primitivas ou carentes de complexidade, sendo então silenciadas por uma ideologia linguística eurocêntrica que se colocava como superior por estar associada à gramática normativa, à escrita alfabética e à racionalidade ocidental. Assim, instaurou-se um regime de monolinguajar, em que apenas a linguagem do colonizador era reconhecida como válida, restando às populações colonizadas o dever de se adaptar a essa nova “verdade” [9].

Esse processo de dominação instaurou uma lógica comunicacional assimétrica, em que não há espaço para o diálogo entre saberes, mas sim a imposição unilateral de um modo de falar, pensar e existir. Assim, Veronelli [9] indica que a colonialidade da linguagem, portanto, não é apenas um apagamento de idiomas, mas uma tentativa de anular ontologias inteiras, desautorizando formas de vida e expressão que escapam ao modelo ocidental de linguagem e humanidade.

Tal lógica encontra paralelo com o conceito de lusotropicalismo, defendido por Gilberto Freyre, o qual propunha

que não haveria possibilidade de construção de civilizações relevantes nos países tropicais, indicando aí especial referência à América Latina e África. Assim, mais uma vez, os colonizadores portugueses teriam executado o feito de construir no Brasil uma civilização exitosa a partir de sua supostamente benéfica interferência [7]. A colonização, deste modo, não destrói apenas corpos, ela esvazia mundos. E é justamente nesse ponto que se intensifica a urgência de epistemologias negras e indígenas, que denunciam esse apagamento e criam caminhos de resistência, cura e reinvenção [3].

Como estratégia para silenciar os danos contra as pessoas não brancas em âmbito social, moral, espiritual, cultural e emocional, causados pela colonização ao longo dos 500 anos de Brasil, o conceito de democracia racial foi criado. O conceito defende que, devido à grande mistura de raças no Brasil, não existiriam mais raças e, portanto, não existiria mais racismo [2, 7]. Essa ideologia propunha a criação da *morenidade*, também nomeada como *metarraça*, idealizada como raça nacional. Esta, por sua vez, vinha com o objetivo genocida de apagar a existência das pessoas negras e africanas do país. Partindo desta perspectiva, Nascimento diz que [7]:

(...) não se trata de um ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente através do malicioso processo do embranquecer a pele negra e a cultura do negro.

González [2] lança luz sobre a violência sexual constante e estruturada que atravessava, e ainda atravessa, as relações raciais no Brasil, possibilitando a miscigenação tão vangloriada pelo mito da democracia racial. Essas não eram, por outro lado, de forma alguma relações consensuais. Era comum que mulheres

negras fossem violentadas por homens brancos em posições de poder, como senhores de engenho, feitores e traficantes de escravizados.

Nesse cenário, o corpo da mulher negra, sobretudo o da mulher jovem, foi sendo erotizado e comercializado enquanto objeto de consumo. A figura da “mulata”, termo por si só racista e desumanizador pelo teor animalesco, passa então a representar um símbolo de uma sexualidade exótica e disponível, construída a partir da lógica colonial de exploração. Muitas dessas mulheres, em um contexto de extrema vulnerabilidade, encontraram na exposição de seus corpos uma forma de garantir sua própria sobrevivência [2]. A este ponto, o ciclo de violência se atualiza na repetição cruel de um velho ditado popular: “preta para cozinhar, mulata para fornicar e branca para casar”. Um enunciado que explicita, com todas as letras, a hierarquia racial e sexual imposta sobre os corpos femininos no Brasil [10].

Nascimento [7] acrescenta que o conceito de democracia racial vem sendo amplamente analisado e desacreditado ao longo dos anos, citando como exemplo de pioneirismo e coragem nessa luta: Luís Gama, José do Patrocínio, irmãos Rebouças, Álvaro Bomílcar, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Anani Dzidzienyo e Thomas Skidmore. Tomo a liberdade de acrescentar à lista, reforçando a relevância já apresentada, os nomes de Lélia González, Sueli Carneiro, Neusa Santos Souza, Maria Aparecida Bento, Grada Kilomba, Joice Berth e tantas mulheres negras que, ao longo da história, vêm emprestando seus corpos, palavras e pensamentos ao desmonte das estruturas que sustentam o mito da democracia racial no Brasil.

Mesmo diante de tentativas sistemáticas de silenciamento, a memória ancestral persistiu. A espiritualidade, rituais, cantos e símbolos de resistência sobreviveram à travessia do Atlântico. Esse projeto de limpeza da imagem da escravização incluía ainda a ideia de que a permanência de tais elementos da cultura africana seria prova da “benevolência” dos senhores, excluindo do processo os movimentos de resistência e sobrevivência da

população negra no sentido de preservar os próprios saberes [7].

O discurso dominante sustentou, e ainda sustenta, a imagem da pessoa brasileira como cordial, pacífica por natureza, sempre inclinada a resolver seus conflitos de maneira harmoniosa, tendendo até mesmo para idealizar uma escravização pacífica, conforme expresso por Nascimento [7]. Essa narrativa, entretanto, opera como instrumento ideológico que infantiliza a população negra, associando-a à passividade, ingenuidade e até mesmo uma suposta incapacidade intelectual. A partir dessa lente distorcida, construiu-se a ideia de que a escravização teria sido aceita sem resistência. Lélia González [2], no entanto, nos convida a olhar para o outro lado da história, aquele que expõe o caráter capaz e combativo da negritude por meio das múltiplas estratégias de resistência elaboradas pelas pessoas negras escravizadas para sobreviver às condições brutais e desumanas que lhes foram impostas.

Segundo a autora [2], ao participar do processo de socialização das crianças brancas, as amas, por elas chamadas de mães pretas, puderam infiltrar expressões linguísticas, símbolos e valores oriundos de suas próprias culturas, criando o que a autora chama de “pretuguês”, ou seja, uma forma de africanização do português como um idioma marcado pelas ancestralidades africanas que sobreviveram ao glotocídio. A autora nomeia como uma estratégia de resistência pacífica, mas que permitiu a preservação de saberes e linguagens que seguem vivas até hoje na cultura nacional.

Contrariando a narrativa de que as (os) africanas (os) escravizadas (os) aceitaram com docilidade sua condição, Nascimento [7] e González [2] retratam que diversos atos de resistência foram praticados: suicídios, fugas, infanticídios, insurreições e revoltas formam um vasto repertório de enfrentamento à escravização. A resistência negra, contudo, não se deu apenas no plano simbólico, de maneira que os quilombos representaram importantes territórios de liberdade e autonomia negra, construção possível principalmente pelo caráter coletivo

da resistência negra.

Símbolos de resistência nacional, os quilombos começaram a surgir por volta de 1559, espalhando-se por todo o território brasileiro como resposta à violência colonial. Neles, a população negra escravizada buscava construir formas alternativas de existência frente à superexploração a que era submetida [2]. Um exemplo emblemático é o da República dos Palmares, instaurada no atual estado de Alagoas, que se consolidou como um modelo de organização política e econômica negra. Resistindo a mais de 27 expedições militares, o quilombo existiu por cerca de um século, entre 1595 e 1695, até sua destruição final pelas mãos de tropas mercenárias [2, 7].

Com população que chegou a atingir a marca de 30 mil pessoas, Palmares operava com base em uma economia comunal, dotada de liderança política, militar e práticas coletivas de resistência, constituindo-se como projeto político autônomo e profundamente enraizado na ancestralidade africana [2, 7]. Seu último líder, Zumbi dos Palmares, é hoje símbolo da luta do povo negro por liberdade, memória e justiça, inspirando as gerações posteriores, como podemos observar na letra de Jorge Ben Jor [11]:

(...)

Angola, Congo, Benguela

Monjolo, Cabinda, Mina

Quíloa, Rebolo

Aqui onde estão os homens

Há um grande leilão

Dizem que nele há uma princesa à venda

Que veio junto com seus súditos

Acorrentados em carros de boi

Eu quero ver

Eu quero ver

Eu quero ver

Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quíloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Dum lado, cana-de-açúcar
Do outro lado, o cafezal
Ao centro, senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhidos por mãos negras

Eu quero ver

Eu quero ver

Eu quero ver

Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega
É Zumbi é quem manda
(...)

González [2] encontra na experiência do Quilombo dos Palmares a representação da primeira tentativa concreta de construção de uma sociedade brasileira democrática e racialmente igualitária, de maneira que Costa et al. [3] indicam nele uma sociedade fundamentada em saberes afroindígenas. A República dos Palmares abrigava pessoas negras, indígenas, brancas e mestiças vivendo em comunidade, organizando o trabalho em benefício coletivo e construindo uma alternativa política à lógica colonial de dominação e exploração [2]. Zumbi, ao dar nome a esse movimento, personificou a ameaça sentida

pela branquitude da perda de seus privilégios de classe e raça. De maneira que, González [2] acrescenta, “ao morrer, Zumbi continuou vivo, permanecendo na consciência de seu povo e também na dos opressores desse povo”.

Considerando o viés da mulher negra na luta quilombola, é possível dizer que ela firmou a sua resistência ao garantir a marca da cultura africana sobre a identidade cultural do povo brasileiro. No lugar de escravizada se ocupou de diversos trabalhos, entre eles, na condição de escrava do eito, trabalhadora braçal, responsável por estimular sua comunidade para revolta, organizando fugas e a formação de quilombos. Além disso, nunca desistiu de implicar o espírito antiescravagista na criação de suas crianças [2].

A resistência negra, contudo, não se limitou aos espaços rurais e autônomos dos quilombos. Ela também se manifestou em levantes urbanos armados, como os movimentos iniciados em Salvador a partir de 1807, que culminaram na Revolta dos Malês, em 1835. Nesse contexto, destaca-se a figura de Luiza Mahin, mulher negra que teve papel fundamental na articulação da luta armada contra a elite branca dominante. Mãe de Luiz Gama, importante liderança do movimento abolicionista, Luiza foi expulsa do Brasil por sua atuação insurgente, sendo forçada a retornar ao continente africano e a se separar de seu filho, que mais tarde herdaria sua causa e daria continuidade à luta pela libertação do povo negro [2].

Ao longo da história brasileira, a população negra esteve presente nas principais lutas populares, desde o período colonial até os dias atuais. Ainda assim, ocupando o protagonismo de sua própria história, não usufruiu dos mesmos direitos e benefícios historicamente garantidos à população branca [2]. Esse apagamento da memória revela uma dinâmica de exclusão estruturada, que opera pela negação das contribuições negras à construção do país.

O apagamento racista se evidencia também na estrutura de práticas pedagógicas. Uma das formas de apagamento

da memória manifesta-se pelo epistemicídio, a exclusão das epistemologias negras e indígenas do território acadêmico e, conseqüentemente, da formação superior em Psicologia. Costa et al. [3] empregam o termo “psicologia aterrada” para pensar estratégias de resgate dos saberes afroindígenas na construção de possibilidades de atuação e ensino na Psicologia. Sobre isso, afirmam [3]:

Reconhecer outras epistemologias como fundantes de culturas e subjetividades está entre um dos caminhos para uma sociedade menos preconceituosa e racista e para a construção de políticas públicas mais abrangentes e equânimes com a pluralidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira.

Dessa forma, os autores destacam que essas epistemologias contra-hegemônicas contribuem para a reconstrução dos modos de ver e operar o mundo, permitindo que novas perspectivas ontológicas se façam presentes [3]. Versando sobre o silenciamento epistêmico, em releitura da obra de Gayatri C. Spivak de 1995, Kilomba [6] se questiona: pode a subalterna falar? Frente a uma estrutura colonial repressiva e racista, seria a sua voz ouvida? E ainda complementa: “esse exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial” [6].

A luta do povo negro por liberdade não se deu apenas no campo material e epistêmico; ela também se manifestou como força espiritual. Os territórios de resistência apontados eram sustentados por uma cosmologia ancestral que incutiu sentido à travessia do Atlântico, ao exílio forçado e à própria existência da pessoa negra, permitindo a continuidade da humanização mesmo diante das tentativas de destituição. A espiritualidade, nesse contexto, foi ferramenta de cura, força coletiva e caminho

para se sonhar novos mundos políticos. Sobre isso, Santos [12] indica nos espaços religiosos de terreiro locais de resistência e manutenção de saberes ancestrais.

De forma consonante, retomamos o debate sobre a Revolta dos Malês que representou um evento singular na história do Brasil marcada pela resistência política e espiritual. O próprio termo “Malê” deriva da forma como os africanos muçulmanos eram chamados no Brasil e marca o caráter identitário e religioso do levante [13]. Na Bahia de 1835, a Revolta dos Malês foi protagonizada majoritariamente por pessoas negras muçulmanas, sobretudo de origem nagô e hauçá.

Estima-se que cerca de 600 pessoas tenham participado da revolta, sendo a maioria composta por pessoas libertas ou escravizadas de ganho, sendo as últimas obrigadas a circular pelas ruas realizando diferentes formas de trabalho para, ao fim do dia, entregar os lucros a seus senhores. Silva [13] descreve que tal relativa mobilidade permitia não apenas a circulação de bens, mas também de ideias, afetos, práticas religiosas e estratégias de resistência.

Nesse contexto, a Revolta dos Malês emerge não apenas como uma insurgência política contra a escravização, mas como um levante espiritual e civilizatório. Como destaca Silva [13], sua organização teve como alicerce uma fé compartilhada: o Islã. A religião não atuava apenas como refúgio espiritual, mas como instrumento de coesão, linguagem comum e possibilidade de construção de horizontes de dignidade. Assim como nos terreiros, onde os orixás, encantados e ancestrais mantêm viva a ligação com a África, os malês encontraram na espiritualidade um caminho de afirmação existencial e resistência simbólica diante da brutalidade colonial.

Como aponta González [2], a religião também foi, e continua sendo, um território de trincheira, fundamental para a resistência negra. Nos terreiros, sobretudo, a mulher negra pôde ocupar posições de autoridade e centralidade simbólica, tornando-se referência espiritual mesmo para a população branca, no papel de

ialorixá. A existência dos terreiros, muito além da religiosidade, marca a reconstrução de um território de poder e pertencimento, onde a memória coletiva se inscreve nos corpos e nos rituais. Apesar da perseguição histórica a tudo que é considerado uma herança negra, os espaços de terreiro sustentam até hoje práticas de cuidado e reorganização comunitária. A espiritualidade negra, nesse sentido, é também resistência, reconstrução e projeto de futuro.

Nesse sentido, Santos [12] identifica nos saberes e na ética dos terreiros estratégias potentes para ampliar as possibilidades de cuidado em Psicologia. O autor observa que esses espaços são sustentados por práticas de acolhimento, solidariedade, escuta comunitária e respeito à ancestralidade, aspectos que os constituem como territórios de resistência e reconstrução subjetiva. Em consonância com González [2], Santos também destaca a centralidade da mulher nos espaços de terreiro, lugares onde muitas mulheres negras encontram deferência, liderança e reconhecimento, mesmo frente a uma sociedade historicamente marcada pela desvalorização de seus corpos e saberes.

Essa força feminina ancestral, que se manifesta de formas plurais, encontra expressão simbólica nas yabás, orixás femininas dotadas de força, axé e domínios específicos. A multiplicidade dessas divindades revela a amplitude das possibilidades de construção subjetiva para mulheres negras. Santos [12] destaca, por exemplo, Ndandalunda, Inquice tradicionalmente cultuada no candomblé de Angola, associada à fertilidade, sensualidade e sabedoria das águas doces, cujos atributos se assemelham aos de Oxum, Yabá amplamente reverenciada nos terreiros de matriz Ketu e em outras religiões de origem Yorubá [14]. Já Oyá, senhora dos ventos e tempestades, representa a mulher guerreira, capaz de comandar sua própria história com coragem e movimento.

Diversas outras yabás e inquices podem ser evocadas nessa travessia simbólica, compondo um coro ancestral de força e reexistência que oferece caminhos para a reinvenção e autodefinição das mulheres negras, para além dos estereótipos

impostos historicamente. Sobre isso, Collins [15] propõe o conceito de “imagens de controle”, representações estereotipadas que naturalizam a opressão, limitam os papéis sociais e reforçam a negação de direitos às mulheres negras. Contra essas imagens, Collins aponta a autodefinição como uma prática política e existencial que possibilita a reconstrução das identidades negras a partir de suas próprias epistemologias e vivências.

No campo da saúde mental, os terreiros despontam como espaços coletivos de acolhimento, cuidado e pertencimento, sobretudo para as populações periféricas, oferecendo não só escuta, mas também a construção de redes de apoio e reconhecimento. Como afirma Mãe Muagi, do terreiro Tumba de Junsara, em Salvador [12]: “Uma pessoa entra pela porta do barracão e não tem nada. Quando sai, ela tem ancestralidade, avós, tios e mãe de santo, inúmeros irmãos e irmãs, e tem toda uma memória recuperada”.

O terreiro, portanto, permite não apenas a experiência do pertencimento, mas também o direito ao não esquecimento. Em oposição ao projeto colonizador de apagamento da memória, que buscou desumanizar corpos negros, apagando suas histórias, culturas e espiritualidades, os encontros que se tecem no barracão nos devolvem humanidade e memória. Neles, atualizamos o axé de sobrevivência e persistência que nos atravessa, construindo e reconstruindo a cada passo um presente coletivo, ancestral e cheio de dignidade.

A espiritualidade negra, portanto, não está dissociada da política; ela é política, epistêmica e se entrecruza diretamente com a nossa forma de construir cuidado em Psicologia. Invocar os orixás, voduns, inquices ou encantados é reconectar-se com uma linhagem de força, sabedoria e enfrentamento [12]. Essa inspiração ancestral não reflete a nostalgia de um retorno ao passado, mas de uma prática viva de reinvenção do presente por meio da construção de uma ética de cuidado, escuta e justiça que orienta os passos das pessoas negras no mundo e se empenha a orientar também a prática da (o) profissional psicóloga (o).

É nesse movimento de travessia forçada, mas que também se reinventa, que as epistemologias negras e indígenas se afirmam. Elas atravessaram o Atlântico inscritas nos corpos e memórias de quem não foi vencido, mesmo diante da tentativa de aniquilamento. Encontram nos quilombos, terreiros, revoltas urbanas e nas encruzilhadas cotidianas modos outros de existir e cuidar. São epistemologias forjadas na coletividade, no corpo que dança, na reza que embala, no silêncio que cura, e na palavra que denuncia.

Reconhecer essas epistemologias como fundamento ético e político para a Psicologia é, portanto, romper com o epistemicídio e construir brechas. Brechas por onde a memória escapa da consciência colonizada e se ergue como um facho de luz. Brechas que, como afirma González [2], nos ajudam a lembrar o que tentaram nos fazer esquecer. Brechas por meio das quais podemos encontrar novos caminhos.

Ao afirmar a centralidade da espiritualidade, da ancestralidade e da resistência coletiva na produção de conhecimento, este capítulo busca contribuir para que a Psicologia se desloque do lugar de normatização e controle hegemônicos para se aproximar de um fazer comprometido com a justiça racial. Que possamos, enquanto profissionais e estudantes, ocupar espaços de formação, tensionar currículos, reivindicar políticas institucionais e, sobretudo, permitir que a força do axé oriente nossas práticas. Já que cuidar, para nós, é também um ato de resistência.

REFERÊNCIAS

- [1] Conselho Federal de Psicologia. (2002). *Resolução CFP nº 018/2002*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/resolucao2002_18.pdf
- [2] González, L. (2021). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.
- [3] Costa, K., Santos, A. O., & Oliveira, L. R. de. (2025). Epistemologias afroindígenas: O cosmodrama e as práticas de interações de cuidado no campo

psi. *Revista África e Africanidades*, 18(53), 1-14. <https://africaeafrikanidades.com.br/documentos/00153052025.pdf>

[4] **Alves, M. C., Costa, E. S., & Castelar, M. (2020)**. Psicologias antirracistas: Desafios epistemológicos, metodológicos e ético-políticos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003052019>

[5] **Souza, N. S. (2021)**. *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro em ascensão social* (1ª ed., 8ª reimpressão). Zahar.

[6] **Kilomba, G. (2019)**. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (3ª ed.). Cobogó.

[7] **Nascimento, A. (2016)**. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* (3ª ed.). Perspectiva.

[8] **Fanon, F. (2006)**. *Os condenados da terra* (L. Nogueira, Trad.). Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora. (Obra original publicada em 1961).

[9] **Veronelli, G. (2021)**. Sobre a colonialidade da linguagem. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 22(1), 15-36. <https://doi.org/10.26512/les.v22i1.35436>

[10] **Pereira, B. C. J. (2020)**. *Dengos e zangas das mulheres-moringa: Vivências afetivo-sexuais de mulheres negras*. Latin-America.

[11] **Ben Jor, J. (1974)**. Zumbi [música]. Em *A tábua de esmeralda* [álbum]. Philips.

[12] **Santos, A. de O. (2019)**. O enegrecimento da Psicologia: Indicações para a formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222113>

[13] **Silva, F. P. da. (2003)**. A história do Levante dos Malês. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11(1), 203-208. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/236/232>

[14] **Prandi, R. (2001)**. *Mitologia dos orixás*. Companhia das Letras.

[15] **Collins, P. H. (2019)**. *O pensamento feminista negro* (J. P. Dias, Trad.). Boitempo. (Obra original publicada em 1990).





**FORMAÇÃO EM
PSICOLOGIA:
MILITÂNCIA ESTUDANTIL, CURRÍCULO
DECOLONIAL E TERRITORIALIZAÇÃO DO
SABER**

BRUNO CORREIA DA MOTA

A formação universitária em Psicologia, historicamente centrada em paradigmas eurocêtricos e individualizantes, ignora a complexidade das subjetividades construídas em contextos marcados pelo racismo estrutural. Diante disso, estudantes e docentes negros e indígenas vêm protagonizando movimentos de resistência e de reestruturação curricular, propondo novas formas de ensinar e aprender a Psicologia a partir das encruzilhadas dos territórios e da vivência coletiva da militância.

Este texto parte da premissa de que empretecer a formação é mais do que uma escolha epistemológica: é uma ação política necessária à descolonização do saber e à valorização da vida negra. Apoiamos-nos em autores como Conceição Evaristo [1], Sueli Carneiro [2], Carla Akotirene [3] e Beatriz Nascimento [4], além de experiências documentadas em práticas pedagógicas insurgentes.

A militância estudantil desempenha um papel fundamental na transformação da formação universitária, sobretudo quando estudantes se organizam como sujeitos políticos e produtores de conhecimento. Lutar por um currículo antirracista, como apontado em diversos fóruns e eventos acadêmicos recentes, é enfrentar as violências simbólicas do epistemicídio denunciado por Carneiro [2] e ocupar os espaços da universidade como território de disputa.

Mais do que uma postura de resistência, trata-se de reinventar modos de presença na universidade, subvertendo os mecanismos institucionais para inserir autoras negras na bibliografia obrigatória, fomentar diálogos com lideranças dos territórios, articular eventos e simpósios com foco nas relações raciais e converter o currículo em ferramenta de enfrentamento político e construção coletiva de saberes.

Nesse processo, o Movimento Negro atua como referência epistemológica e prática pedagógica. Como nos lembra Nilma Lino Gomes [5], “o Movimento Negro é educador porque desenvolve, no cotidiano, um processo político-pedagógico

de ressignificação das identidades negras e de denúncia do racismo”. Assim, a militância estudantil negra não apenas ocupa a universidade, mas a transforma em espaço de reexistência e criação coletiva de saberes.

No campo da Psicologia, destaca-se a atuação da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) (ANPSINEP)¹, organização fundada em 2010 a partir de mulheres negras psicólogas e militantes dos movimentos de mulheres negras para fomentar um campo de luta política de psicólogas (os), pesquisadoras (es) e estudantes negras (os) da Psicologia. A ANPSINEP cumpre um papel central na incidência política sobre o campo profissional e formativo, articulando produções acadêmicas, práticas comunitárias e pautas institucionais que visam racializar o ensino da Psicologia e promover a saúde mental da população negra.

A luta de pessoas estudantes negras, muitas vezes organizadas em coletivos, frentes acadêmicas ou ligas universitárias, tem sido fundamental para a manutenção de uma agenda política antirracista contínua e estruturada dentro dos cursos. Essa militância cotidiana, seja ao tensionar conteúdos curriculares, propor eventos, reivindicar livros para as bibliotecas ou resistir às práticas racistas institucionais, sustenta a presença negra no ensino superior e atua como motor de transformação da Psicologia brasileira.

Como exemplo, a metodologia da escrevivência, proposta por Conceição Evaristo [1], oferece base potente para pensar uma Psicologia conectada à experiência. Escrever a partir da vivência, do corpo e da memória ancestral transforma a narrativa acadêmica em um espaço de denúncia e de elaboração da dor coletiva – como um mar atravessado por barcos que carregam palavras, feridas e esperanças de pessoas estudantes não

¹ Sua missão é incidir criticamente sobre a formação e prática da Psicologia no Brasil, com foco nos impactos psicossociais do racismo na saúde mental da população negra e na produção de conhecimento. Reivindica uma Psicologia comprometida com os direitos humanos e com a superação das desigualdades raciais, no Bem Viver, ancorada na ancestralidade, na coletividade e no enfrentamento político.

brancas. Como estratégia metodológica, a escrevivência articula a produção de conhecimento e formação subjetiva, resgatando a sabedoria das comunidades e integrando espiritualidade, oralidade e práticas de cuidado ao fazer científico [6, 7].

Reestruturar o currículo é desnaturalizar a hegemonia branca e ocidental nos cursos de Psicologia. Isso inclui revisar as referências bibliográficas, mas também deslocar a produção de conhecimento para os territórios: quilombos, periferias, aldeias e ocupações urbanas tornam-se espaços legítimos de escuta e produção psicossocial.

Inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Psicologia [8], é necessário implementar práticas pedagógicas que articulem Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e História da África e dos Povos Indígenas. A territorialização do saber, nesse sentido, implica formar psicólogas (os) comprometidas (os) com a realidade concreta e com a transformação social, como indicam as experiências de estágios comunitários e rodas de cuidado em territórios racializados.

A utilização de obras literárias como “Olhos d’Água” [1] não apenas amplia o repertório simbólico da formação, mas permite acessar a subjetividade de estudantes negras (os) e a complexidade de suas existências. A literatura é, nesse caso, dispositivo de resistência e educação política, atuando como linguagem sensível e crítica.

Como afirma Beatriz Nascimento [4], o corpo negro é um documento histórico. Integrar essas vozes ao processo formativo é também restituir a dignidade do saber que sobreviveu ao Atlântico, às travessias e às tentativas constantes de apagamento. Empretecer a formação em Psicologia exige mais do que incluir pautas pontuais sobre racismo. Exige revisar as bases epistemológicas do campo, reposicionar o papel da universidade na sociedade e reconhecer a militância estudantil como prática formativa legítima e necessária.

A formação insurgente, territorializada e coletiva que propomos não apenas combate o epistemicídio, mas reivindica

uma Psicologia de base popular, racialmente situada e espiritualmente conectada com a ancestralidade de seus sujeitos. Como ensina a filosofia de Sankofa, só podemos seguir adiante com profundidade se soubermos resgatar o que foi deixado para trás.

REFERÊNCIAS

[1] **Evaristo, C. (2020).** A escrevivência e seus subtextos. In Duarte, C. L., Nunes, I. R. (Orgs.), *Escrevivência: a escrita de nós*. Mina Comunicação.

[2] **Carneiro, S. (2023).** *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.

[3] **Akotirene, C. (2018).** *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro/ Pólen.

[4] **Nascimento, B. (2018).** *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual*. Filhos da África.

[5] **Gomes, N. L. (2017).** *O Movimento Negro Educador*. Vozes.

[6] **Lima, T. F. (2021).** *Vielas das flores na Vila Missionária: as escrevivências de um território violentado pelo Estado* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24838>

[7] **Bispo, F. (2023).** Escrevivência como metodologia de pesquisa em psicanálise. *Ágora*, 26.

[8] **Brasil, Ministério da Educação. (2023).** Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior.



**PSICOLOGIA
ANTIRRACISTA:
COMPROMISSO POLÍTICO DA
FORMAÇÃO À ATUAÇÃO**

LUCCA DIAS ARIEIRA

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) [1] entende o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais de saúde. Ou seja, violências racistas são fatores sociais que impactam diretamente a saúde das pessoas não brancas no Brasil e, por isso, esses aspectos devem ser levados em consideração ao compreender o sofrimento psíquico de pessoas negras, incluindo aquelas que chegam aos espaços de atuação da Psicologia. Portanto, ao propor práticas para uma Psicologia Antirracista, é necessário que a atuação esteja comprometida com a compreensão dos fatores históricos e culturais que produziram e mantêm o racismo nas sociedades ocidentais, e lutar para que esse sistema de opressão seja superado, buscando ações práticas que efetivamente combatam as violências racistas.

Ao estudar o sofrimento psíquico das populações não brancas no Brasil, torna-se imprescindível a compreensão dos sujeitos enquanto biopsicossociais. É fundamental compreender que nem todos os sofrimentos relatados nos espaços de atuação da Psicologia serão causados por fatores biológicos, como ausência de determinados neurotransmissores, ou por questões genéticas, mas que o sofrimento muitas vezes tem origem em fatores sociais decorrentes das violências racistas, como apontado pela PNSIPN [1]. Entendendo os impactos do racismo na formação subjetiva dos sujeitos, compreendendo os efeitos dessa violência na saúde mental de pessoas negras e fazendo cumprir o que é proposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo [2] e na Resolução n° 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) [3]. Esta, por sua vez, inscreve que cabe à todas as pessoas profissionais da Psicologia o compromisso ético e político da construção de uma Psicologia Antirracista, a partir da compreensão das origens históricas do racismo, entendendo de que forma se dá cotidianamente e posicionando-se contra qualquer tipo de violência racista.

Cabe ressaltar, conforme apontado por Costa e Mendes [4], que para compreender os impactos do racismo na dimensão sub-

jetiva é necessário:

apreendê-lo em sua concretude, como síntese de múltiplas determinações em nossa gênese constitutiva e formação histórica, evitando subjetivismos, a-historicismos e negação do caráter dialético da realidade.

Levando isso em consideração, torna-se fundamental para a formação de uma Psicologia Antirracista ações que envolvam discutir o quanto o racismo tem impacto significativo nos processos de adoecimento psíquico, como apontado por Oliveira et al. [5], e o quanto profissionais da saúde mental tendem a diagnosticar como doenças o sofrimento ligado à violência racista, dificultando ainda mais o cuidado a populações não brancas, conforme afirma Tavares [6]: “é esta compreensão, que distancia violência racial e sofrimento, que vai gerar a patologização das reações ao racismo e o desenvolvimento de estratégias inadequadas de assistência à população negra”.

Tendo em vista o fato de que o sofrimento psíquico causado pelo racismo vem sendo deslegitimado ou patologizado, e reforçando ainda que o racismo é um determinante social de saúde e uma violência que deve ser combatida em todas as suas formas, cabe às pessoas profissionais da Psicologia adotarem posturas antirracistas dentro e fora dos seus espaços de trabalho.

Uma das possíveis, e necessárias, práticas antirracistas se encontra na luta por políticas públicas que garantam o acesso e permanência de pessoas negras, indígenas e de outras populações marginalizadas nos diferentes espaços sociais, a fim de possibilitar sua presença em ambientes frequentemente restritos a pessoas brancas. Uma das políticas de acesso comumente citadas é a Lei nº 12.711 de 2012, conhecida como Lei de Cotas [8], que visa tornar mais equitativo o acesso aos espaços educacionais e aos concursos públicos, possibilitando que populações historicamente excluídas possam ingressar nesses ambientes, visto que

foram por muito tempo restrito a pessoas brancas e que a disparidade de acesso promovida pelo racismo estrutural ainda torna esses setores quase inacessíveis para pessoas não brancas.

Em relação à política de cotas raciais, de acordo com o estudo de Arruda, Bulhões e Santos [7], é uma ação antirracista que possibilita que pessoas negras alcancem espaços que por muito tempo foram negados a elas, além de torná-los, principalmente nas instituições públicas, mais plurais, promovendo ainda mais as discussões raciais nesses ambientes e tornando-os mais seguros para pessoas não brancas.

Quando se fala das políticas de cotas nos espaços acadêmicos, esse tipo de iniciativa se faz necessária devido às desigualdades sociais enfrentadas por pessoas negras e indígenas no acesso à educação superior no Brasil, sendo elas apontadas por Farias [9] como medidas importantes para democratizar o ensino público, promovendo assim maiores possibilidades de escolarização e empregabilidade.

Além disso, conforme apontado por Arruda, Bulhões e Santos [7], ao se analisar a aplicação das políticas de cotas nos concursos públicos nota-se que, embora ainda seja um tema muitas vezes discutido de forma superficial e que hajam dificuldades para a implementação de forma efetiva, esses mecanismos são essenciais para a luta antirracista e para reparar em algum nível os danos causados pelo racismo, visto que, de acordo com Almeida [10], o racismo pode ser compreendido como:

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Faz-se necessário ressaltar que essas medidas de acesso não são suficientes se não forem acompanhadas de medidas que

asseguem a permanência, uma vez que, por vezes, se torna inviável a continuidade de pessoas que ingressaram por meio da política de cotas nesses espaços, seja por fatores econômicos e materiais, como a ausência de moradia estudantil ou de restaurantes universitários, ou pelo próprio racismo presente nesses ambientes, tornando-os locais violentos e inseguros. Mayorga e Souza [11] indicam como fundamental promover políticas de permanência bem-sucedidas que levem em consideração fatores como:

(...) acesso à educação de qualidade, direito social, à formação e fortalecimento da cidadania, à formação de posição crítica que oriente suas escolhas profissionais, pessoais e coletivas, em um compromisso com o princípio da justiça social.

Ainda sobre a permanência de estudantes negros e indígenas no ensino superior, Felipe e Lima [12] mencionam a necessidade de articulações políticas, jurídicas e orçamentárias para que seja possível garantir a permanência desses estudantes nos espaços acadêmicos, devendo ser levadas em consideração a permanência material, que se refere aos custos para se manter nesses espaços considerando as necessidades como compra de materiais, alimentação, transporte, entre outros fatores, e a permanência simbólica. Esta, por sua vez, atravessa a abordagem eurocêntrica presente nos espaços acadêmicos no Brasil, marcados pelos currículos de formação, a presença majoritária de pessoas brancas como discentes, docentes ou gestores, e pelas questões burocráticas marcadas pela branquitude e pelo racismo, criando assim um espaço que não garante o bem-estar psicossocial de estudantes racializados.

Outro ponto relevante a respeito da luta antirracista, que atravessa os espaços de educação formal, é a necessidade do letramento racial desde a infância, de forma a promover um autoconceito positivo. Este pode ser implementado por meio da

inclusão de materiais didáticos e paradidáticos produzidos por pessoas negras e indígenas nos currículos formativos da educação básica brasileira, possibilitando que estudantes tenham acesso às pautas raciais, o quanto antes, e buscando combater o “racismo cotidiano” [13], já que, conforme aponta o estudo de Oliveira et al. [5], o racismo é reproduzido por crianças e docentes, causando sofrimento psíquico que afeta a autoestima de crianças racializadas. Além disso, os autores indicam que o histórico racista e colonial do Brasil torna os ambientes de educação espaços com o potencial de promover a manutenção de violências raciais. Conforme afirmam Ferreira, Santana e Verástegui [14]:

(...) a branquitude em ambientes de aprendizagens, onde a maioria das pessoas são negras, não brancas e pobres é uma estratégia para a manutenção do racismo, do autoritarismo, da discriminação e dos preconceitos raciais.

É fundamental para a construção de uma Psicologia Antirracista compreender a necessidade da produção de uma Psicologia decolonial, buscando incentivar as pesquisas latinoamericanas, em especial as conduzidas por pessoas negras e indígenas críticas ao processo de colonização das ciências, e que busquem ampliar os entendimentos e saberes hegemônicos estabelecidos pela branquitude em diferentes áreas do conhecimento. Assim, viabilizando a construção de um arcabouço teórico plural, diverso e que considere as diferentes formas de viver e compreender o mundo fora de uma ótica eurocêntrica.

Esse ponto também é ressaltado por relatos presentes no trabalho de Nemitz [15], quando é apontada a problemática da ausência de estudos construídos por pessoas negras nos currículos das graduações de Psicologia, dificultando ainda mais as discussões sobre a importância da luta antirracista neste campo do conhecimento, favorecendo o apagamento de construções acadêmicas de pessoas negras e a reprodução de sua desumani-

zação nos espaços de atuação da Psicologia.

Um exemplo de debates que são perdidos nos espaços da Psicologia, devido à subrepresentação negra nos meios acadêmicos, é a intersecção entre a luta antimanicomial e a luta antirracista. O tema é abordado no texto de Nemitz [15], o qual defende que, ao se pensar a luta antimanicomial sem considerar os atravessamentos do racismo, essas políticas, mesmo que se proponham a evitar o encarceramento em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, não se articulam de forma adequada para evitar o aprisionamento de pessoas racializadas. Isso se dá pois parte das políticas de luta antimanicomial não levam em consideração a raça nas suas propostas de cuidados de saúde mental e não estão alinhadas com o antiproibicionismo.

Cabe também ressaltar a necessidade de estar presente na luta antirracista não apenas durante a atuação profissional e nos espaços acadêmicos, mas levando esses debates para a sociedade como um todo, de forma prática e articulada. Assim como defendido por Costa e Mendes [4], os quais propõem que as discussões que ocorrem nos meios de produção científica precisam ser acessadas por todas as pessoas em todos os lugares. Isso se faz necessário pois, já que o racismo não se limita aos muros das universidades e às paredes dos espaços de atuação da Psicologia, a luta contra essa violência também não deve se limitar a esses espaços.

REFERÊNCIAS

[1] Brasil, Ministério da Saúde. (2017). *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. Biblioteca Virtual em Saúde, Ministério da Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf

[2] Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

[3] Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2002). *Resolução CFP N° 018/2002*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao

preconceito e à discriminação racial. Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF

[4] **Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2022).** Colonização, escravidão e racismo: contribuições a uma psicologia brasileira antirracista. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 18, 44-64.

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8635735.pdf>

[5] **Oliveira, C. M., Ribeiro, L. A., Rabelo, J. L., Cunha, A. P. dos S., Almeida, J. R. J. de, & Soares, J. (2021).** Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, 4(6), 28768-28782. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/41787>

[6] **Tavares, J. S. C. (2021).** Expressão do luto na população negra: entre o invisível e o patológico. In Santana, J. S. (Org). *Saúde das populações negras na América e África* (pp. 63-83). EDUNEB. https://www.researchgate.net/profile/Jeanne-Saskya-Tavares/publication/359268358_EXPRESSAO_DO_LUTO_NA_POPULACAO_NEGRA_ENTRE_O_INVISIVEL_E_O_PATOLOGICO/links/623213a64ba65b2481355a3f/EXPRESSAO-DO-LUTO-NA-POPULACAO-NEGRA-ENTRE-O-INVISIVEL-E-O-PATOLOGICO.pdf

[7] **Arruda, D. O., Bulhões, L. M. G., & Santos, C. O. (2022).** A política de cotas raciais em concursos públicos: desafios em face da luta antirracista. *Serviço Social e Sociedade*, 145, 91-111. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.294>

[8] **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012).** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

[9] **Farias, J. (2022).** Equidade de acesso por meio de ações afirmativas: a importância das cotas para o ingresso no ensino superior público. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, 5(1), 99-113. <https://doi.org/10.29327/269579.5.1-12>

[10] **Almeida, S. (2019).** *Racismo Estrutural*. Editora Pólen Livros.

[11] **Mayorga, C., & Souza, L. M. (2012).** Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. *Psicologia Política*, 12(24), 263-281. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4411537>

[12] **Felipe, D. A., & Lima, F. S. (2022).** *Cotas raciais: gestão, implementação e permanência*. Essere nel Mondo.

[13] **Kilomba, G. (2019).** *Memórias da plantação: episódios de racismo*

cotidiano. Cobogó.

[14] Ferreira, M. F. A., Santana, J. V. J., & Verástegui, R. L. A. (2022). Decolonialidade e educação para as relações étnico-raciais: um olhar sobre o racismo e a branquitude na escola. *Revista Internacional de Relações Étnicas*, 7(2), 50-70. <https://doi.org/10.22481/odeere.v7i2.11086>

[15] Nemitz, E. (2021). Por que é preciso que a luta antimanicomial seja antirracista e antiproibicionista?. *Revista Contato*, 135, 17-21. <https://crppr.org.br/revista-contato/135/>





**IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA:
OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS INSTITUCIONAIS
E AÇÕES COTIDIANAS PARA UMA
PSICOLOGIA ANTIRRACISTA**

KATHIA REGINA GALDINO DE GODOY

LUCCA DIAS ARIEIRA

Em seu trabalho sobre o racismo no cotidiano, a partir da crítica ao entendimento de Spivak sobre o silenciamento da subalternidade, Kilomba [1] destaca que a falta de voz tem entre suas causas e perpetuadoras a escassez de espaços para falar, espaços onde ser escutada. A autora aponta que a ausência dos espaços de discussão acaba por dificultar de maneira intensa o resgate dessas vozes, em um ciclo no qual pessoas não brancas são sistematicamente impedidas de falar sobre suas vivências e produzir saberes sobre si mesmas, mantendo-as em um constante estado de silenciamento. Acerca deste entendimento sobre a dificuldade de encontrar lugar para discussões fora dos ambientes acadêmicos e de militância, torna-se necessária a ampliação dos espaços de debate, possibilitando que mais pessoas acessem essas pautas e possam falar sobre elas.

Ao pensar sobre o apagamento dos conhecimentos de pessoas negras e indígenas, cabe considerar o conceito de epistemicídio que, de acordo com Santos [2], é o processo político e cultural pelo qual se destrói o conhecimento de um determinado grupo social marginalizado, perpetuando essa violência e exclusão, e tornando-o ainda mais marginalizado. O autor também destaca a ligação histórica do epistemicídio com o genocídio, visto que esse apagamento dos saberes facilita a desumanização dos grupos socialmente excluídos, e a correlação entre o epistemicídio e o imperialismo cultural, a qual indica como o desbalanço da valorização de culturas favorece os saberes do norte global e desconsidera os conhecimentos do sul global. Ou seja, mantém o eurocentrismo como referência de saberes e cultura, apagando outras formas de conhecimento.

A partir do conceito de epistemicídio apresentado, Carneiro [3] discute como se dá esse processo de apagamento de saberes no Brasil, reforçando-o como uma ferramenta muito utilizada para desumanizar pessoas não brancas, visto que, ao considerar os conhecimentos produzidos por elas como menos válidos do que os conhecimentos eurocêntricos, mantém-se a dominação racial, já que essa forma de estruturar a produção de conhecimento

favorece as brancas. Assim, apenas os saberes produzidos por e para pessoas brancas é considerado importante, marginalizando ainda mais as não brancas, suas histórias, culturas e ancestralidades.

Carneiro [3] também destaca o quanto o epistemicídio não marginaliza apenas o conhecimento produzido por pessoas negras e indígenas, mas também as exclui, pois ao desconsiderar os saberes, se desconsidera também as pessoas que produzem esse conhecimento, tanto em uma perspectiva individual, quanto em perspectiva coletiva. Cabe destacar que o apagamento tem impactos consideráveis na autoestima das populações submetidas aos processos de epistemicídio resultantes da violência racista.

O apagamento é violento não só por deslegitimar os saberes de pessoas negras e indígenas, mas por desqualificá-las, forçá-las a se submeter ao conhecimento produzido por pessoas brancas, que tratam as já marginalizadas socialmente como inferiores, afetando diretamente a autoestima desses sujeitos e impedindo que possam discutir as questões que as atravessam. Além disso, ao analisar os impactos do epistemicídio nos espaços educacionais, pode-se notar, conforme apontado por Felipe e Lima [4], que a falta de acesso às discussões e estudos propostos por autores não brancos é um dos fatores que dificultam a permanência simbólica nos espaços acadêmicos, onde os currículos e burocracias são conduzidos tendo como base para sua produção a branquitude e o eurocentrismo.

Gandía [5] destaca que a história brasileira é vista a partir do ponto de vista do colonizador e o quanto é necessária a valorização dos saberes de autoras (es) negras (os), trazendo essa população frequentemente marginalizada para um protagonismo em todos os espaços sociais. Seu trabalho se mostra como uma referência dessa forma de valorização dos saberes, frequentemente apagados, ao apontar a importância de Virgínia Bicudo para a Psicanálise brasileira, que propõe na década de 1940 discussões sobre o racismo nos espaços acadêmicos e de análise.

Seu pioneirismo se deu desde sua formação, sendo por vezes a única mulher negra em espaços ocupados por homens brancos, e também com a sua produção acadêmica, a qual visava discutir o racismo no Brasil e compreender de que forma pessoas negras construíram uma consciência racial, além de apontar o quanto, mesmo com mudanças sociais, o racismo se mantinha presente na sociedade. Em relação à divulgação da Psicanálise no Brasil, Bicudo teve um importante papel ao apresentar programas de rádio que possibilitaram a explicação dessa teoria de forma descomplicada. Porém, como consequência do racismo e do epistemicídio, Virgínia Bicudo foi apagada da história, frequentemente não incluída nas formações em Psicologia e Psicanálise, mesmo com seu importante trabalho sobre questões raciais e na divulgação desta área do conhecimento.

Kilomba [1] também aponta o quanto os espaços acadêmicos restringem a fala de pessoas não brancas, pois o eurocentrismo das discussões acadêmicas estabelece que apenas o conhecimento produzido por e sobre pessoas brancas é válido e deve ser discutido. Limitando os debates dos currículos formativos em universidades, marcando quais pessoas podem ou não falar, o que docentes podem ou não ensinar, e quais saberes devem ser estudados ou apagados, perpetuando o racismo dentro desses espaços formativos e, posteriormente, nos espaços de práticas dessas profissões. A ausência de autoras (es) negras (os) e indígenas nos currículos acadêmicos tem como um de seus impactos a dificuldade da permanência simbólica de pessoas não brancas nos espaços de conhecimento científico. Felipe e Lima [4] explicam que, ao propor currículos eurocêntricos que não incluam autoras (es) não brancas (os), não abordam as questões relacionadas ao racismo e limitam as discussões raciais nos ambientes universitários, esses espaços se tornam locais que não são capazes de garantir o bem-estar psicossocial de estudantes e docentes negras (os) e indígenas.

O epistemicídio dentro das universidades, em especial nos cursos de Psicologia, tem entre seus impactos a perpetuação de

escutas eurocêntricas nos contextos de atuação profissional. Em relação a esse tema, Oliveira [6] sugere a necessidade de uma Psicologia afrocentrada como um caminho possível e necessário para o fortalecimento subjetivo de pessoas negras, apontando o quanto o apagamento da sua história e cultura tem consequências significativas na autoestima dessas pessoas, sendo a afrocentricidade uma visão que permite retomar a potencialidade e valorização de saberes invisibilizados e negados pelos processos de colonização.

Cabe ressaltar que os impactos vão além dos espaços acadêmicos. Mesmo de forma limitada, os ambientes de ensino, assim como os de militância, ainda permitem algum tipo de troca sobre temáticas raciais e o contato com formações raciais críticas, mas faz-se necessária a ampliação do acesso ao debate. Por meio do letramento racial e das trocas em coletivos, torna-se possível compreender de que formas o racismo se dá no cotidiano e construir ferramentas para combatê-lo, além da possibilidade de organização desses grupos como forma de lutar pela implementação de políticas públicas que efetivamente combatam violências raciais. As discussões em coletivos também se fazem fundamentais para a potencialização dos sujeitos e do grupo como um todo, uma vez que esses espaços possibilitam, além da articulação política, o acolhimento dos sujeitos ali presentes e o resgate e produção de saberes e cultura fora dos espaços acadêmicos.

Oliveira [6] também aponta a importância da afrocentricidade para a coletividade e produção artística e cultural, promovendo a existência e fortalecimento de ambientes de fala, denúncias e discussões sobre a violência racista, e o acolhimento de pessoas negras e indígenas, viabilizando um espaço de discussão política mais acessível fora das universidades e tornando-a mais presente no cotidiano, criando valorização da história e da cultura, debatendo e remediando os impactos do epistemicídio.

Dentro das universidades também é preciso pensar novas formas de acessar o conhecimento. Tendo isso em vista, Santos

[7] propõe uma forma de atuação em ensino, pesquisa e extensão que busque na ancestralidade, frequentemente apagada, os rumos para conduzir a Psicologia por um caminho que destaque a potência de pessoas negras e indígenas, que entre em contato com a terra (tanto solo, como território), buscando a ancestralidade e territórios não como objeto de pesquisa, mas como sujeitos e espaços que direcionam e ensinam, conforme apontado:

Na inspiração que vem desse campo, o pesquisador não estuda o ancestral Kitembo. O ancestral informa, educa, direciona e dá caminho. Se queremos fazer uma pesquisa junto da favela, vamos aprender com a favela. Nesse caso, não pode haver aquela aplicação comum de questionários, de entrevistas, de “sujeitos da pesquisa”. Trata-se agora de participantes coletivos da pesquisa.

É parte essencial da luta antirracista a inclusão de autoras (es) negras (os) e indígenas nos currículos de formação acadêmica, nas diferentes áreas do conhecimento, além do letramento racial desde a infância por meio da inserção de temáticas raciais a partir da educação básica. Outro movimento necessário para a construção de um olhar antirracista é a luta por políticas públicas de acesso e permanência de pessoas não brancas nos espaços acadêmicos e de trabalho, possibilitando que o conhecimento seja construído e difundido nos diferentes espaços sociais. Acerca das políticas de permanência, é necessário que levem em consideração fatores como o acesso à educação e à formação crítica desses profissionais [8].

Considerando o resultado do epistemicídio e do apagamento dos saberes, é fundamental a potencialização de pessoas não brancas, enquanto indivíduos e como coletivo, por meio de posicionamentos politicamente engajados e comprometidos com a luta pela valorização dos conhecimentos produzidos por e para elas; o resgate histórico e cultural dessas populações; o

fortalecimento de políticas de acesso e permanência em espaços de produção científica; a ampliação dos espaços de debates raciais, possibilitando que discussões se façam presentes em todos os âmbitos, não só nos acadêmicos e de militância; o fortalecimento de movimentos e coletivos que permitam a produção e disseminação de culturas historicamente apagadas, promovam o entendimento das potencialidades dessas pessoas e o reconhecimento da afrocentralidade como base para a construção de uma Psicologia antirracista. Além disso, existem medidas institucionais possíveis dentro das ferramentas do Sistema Conselhos, as quais permitem a ampliação dos espaços de discussão sobre o racismo que atinge tanto profissionais da Psicologia, quanto pessoas usuárias de seus serviços.

Nas últimas eleições do Sistema Conselhos, no ano de 2022, foram instituídas vagas para pessoas conselheiras definidas por marcadores sociais que incluíam uma porcentagem expressiva para pessoas negras e indígenas. Pela primeira vez no Brasil, todos os plenários dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) tiveram a presença de pessoas conselheiras que poderiam ter representatividade, colaborar com as práticas institucionais nos espaços de decisão e, de fato, estar alinhadas à luta antirracista. Isso se tornou possível a partir do momento em que são nomeadas e descritas as práticas e vivências marcadas pelo recorte racial de quem as vivencia.

Cabe destacar que a ocupação destes espaços não foi conquistada de forma tranquila e célere. Muitas pessoas vivenciaram apagamentos, silenciamentos e violências que corroboram com o racismo estrutural que também alcançava o Sistema Conselhos. A falta de políticas de permanência e ações efetivas de combate ao racismo deixaram que muitas pessoas não suportassem o peso e a dor de se manter em espaços políticos e que muitas lutas e ações não fossem concluídas por todas que iniciaram os plenários, como ocorreu no CRP-PR.

Nos espaços institucionalizados da Psicologia e de trabalho

também são vivenciados apagamentos e opressões, afinal o racismo, por ser estrutural, está presente nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais e interpessoais. Uma vez que a presença de pessoas conselheiras negras passou a mediar e ocupar setores do CRP-PR, desde as comissões de Orientação e Fiscalização (COF), Orientação e Ética (COE), Comunicação Social (CCS), Comissão Permanente Étnico-Racial (CER) e Comissão de Direitos Humanos (CDH), além das diversas comissões temáticas (Escolar, Clínica, Estudantes, Saúde, Assistência Social, Tracentrada, Diverges, entre outras), foi identificado que as práticas, percepções e atuações do Conselho foram atravessadas pelo letramento racial e pela cultura antirracista.

Essa constatação corrobora com o trabalho realizado ao longo dos anos e da trajetória da CDH, criada em 1997 pelo CFP, a qual investiu em uma infinidade de ações de formação e expansão do debate sobre a luta antirracista nos últimos anos. No ano de 2022, publicou dois volumes do Caderno intitulado “Psicologia Brasileira na Luta Antirracista”, nos quais em um de seus capítulos citam as diversas atividades realizadas em todo o país em que foram trabalhadas [9]:

diversas temáticas de forma singular e interseccionada e em diferentes áreas de atuação, na do trabalho, da saúde, da assistência social, da justiça, da clínica, do esporte, da educação, da mobilidade, entre outras. Fizemos discussões específicas dentro da Psicologia, tanto quanto alinhadas com outras disciplinas. Versamos sobre elas tendo como lastro o ciclo vital, o efeito delas para crianças, jovens, adultos e idosos.

Nesse sentido, percebemos que, devido às ações que começaram pelos nossos antecessores, afinal nossos passos vêm de longe, foi sendo conquistado um espaço legitimado na Psicologia e, no decorrer do tempo, conseguimos vislumbrar

mudanças no cenário atual para a inclusão da temática racial. Assim, a luta antirracista não deve ser feita apenas de maneira isolada, mas, por ser um tema transversal, deve incidir sobre todas as temáticas e ações da Psicologia na busca por ações afirmativas no cotidiano.

A Psicologia está presente em muitos campos de atuação com profissionais que realizam pesquisas e intervenções nas áreas de saúde, educação, assistência, segurança, assim como no judiciário, no sistema prisional, em políticas de trânsito, de cultura, de esporte, de trabalho, na clínica, etc. Mas é importante sempre nos questionarmos com que compromisso ético-político? Quais princípios e teorias as (os) psicólogas (os) têm trabalhado? Estão preparados para uma atuação inclusiva de fato? Como são abordados os mais diversos sofrimentos psíquicos? Quais as ferramentas disponíveis para a intervenção no campo das relações raciais nos mais diversos contextos? Para então, desse modo, continuar avançando na construção da Psicologia como ciência e profissão [10].

De acordo com o Censo da Psicologia Brasileira publicado em 2022, no documento intitulado “Quem Faz a Psicologia Brasileira?” [11], foram levantados dados que indicam que a Psicologia está presente em diversas frentes de atuação, sendo a clínica, as políticas públicas e a docência os espaços onde mais empregam trabalhadores da área. Muitas vezes, o profissional está vinculado em mais de um campo de trabalho. Quais seriam as implicações desta atuação na nossa sociedade? Como perceber o racismo no cotidiano de atuação profissional?

Contudo, psicólogas (os) ainda não reconhecem

o caráter marcante, destruidor e estruturante do racismo e desconhecem ações e documentos importantes que intencionam superar a distância da Psicologia e as questões raciais. Cada vez mais se faz urgente produzir ações de enfrentamento ao racismo nas práticas psicológicas [11].

Pensando no campo das políticas públicas, um dos setores do país que mais empregam psicólogos (os), é nas áreas de assistência social, saúde e mais recentemente educação que concentram-se os equipamentos e serviços que mais sofrem com a precarização em recursos humanos e falta de investimento orçamentário. Uma grande quantidade de queixas de profissionais chegam à COF, denunciando falta de equipe técnica, condições precárias de atendimento à população e descaso de gestores em garantir melhorias para o trabalho de qualidade da Psicologia. Ora, quem seria a população beneficiada pelo atendimento da Psicologia nas escolas públicas, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades Básicas de Saúde (UBS)? Sabemos que a população atendida pelas políticas públicas, em sua maioria, tem cor, classe e gênero, e a maior parte do público que frequenta esses serviços são mulheres, negras, pobres e periféricas.

Enquanto categoria profissional, não podemos deixar de elucidar os efeitos do racismo na qualidade de vida da população que sofre os impactos da precarização de políticas públicas. Cabe ao profissional ter um posicionamento político e ético para a atenção devida às relações raciais, bem como uma atuação comprometida com as necessidades da população brasileira [10]:

É importante debater sobre a natureza das ações desenvolvidas nos diversos serviços e como podem essas ações contemplar efetivamente o re-

corde racial oferecendo às (aos) usuárias (os) uma atuação condizente com cada pessoa e cada contexto, podendo, ainda, contribuir com esse olhar diferenciado em atuações interdisciplinares e estando de acordo com os princípios éticos que norteiam a prática da (o) psicóloga (o).

Nesse sentido, o Caderno de Referências Técnicas [10] do Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), publicado em 2017, traz algumas pistas de como a Psicologia pode atuar de maneira a combater o racismo, bem como pensar a criação de fluxos institucionais antirracistas e políticas públicas baseadas em dados raciais. Em nossas praticas, temos a necessidade de: diagnosticar e enfrentar a discriminação institucional, sensibilizar gestores e profissionais e incluir a identificação do quesito raça/cor nos atendimentos prestados.

Olhar pelo prisma da questão racial os fenômenos sociais e questionar as pessoas atendidas como elas se identificam com relação ao quesito raça e cor podem trazer novas narrativas e caminhos possíveis para o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pelo racismo. Faz-se necessário que as pessoas psicólogas estejam sensíveis à temática para enxergar e combater a discriminação racial e seus atravessamentos nos sujeitos, nas mais diversas áreas de atuação.

REFERÊNCIAS

[1] Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

[2] Santos, B. S. (1998). *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Faculdade de Direito, Ciências Políticas e Sociais, Universidade Nacional da Colômbia, Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA).

[3] Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo (USP)]. Repositório da USP.

[4] Felipe, D. A., & Lima F. S. (2022). *Cotas raciais: gestão, implementação e permanência*. Essere nel Mondo.

[5] Gandía, B. R. D. (2022). Pioneirismo na psicanálise brasileira: o legado de Virgínia Leone Bicudo. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia brasileira na luta antirracista* (Volume 2, Prêmio Profissional Virgínia Bicudo). Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-2-luta-antirracista-1801-web-1.pdf>

[6] Oliveira, T. R. L. (2022). Afrocentricidade silenciada e os impactos resultantes à saúde mental da população negra na contemporaneidade. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia brasileira na luta antirracista* (Volume 2, Prêmio Profissional Virgínia Bicudo). Conselho Federal de Psicologia.

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-2-luta-antirracista-1801-web-1.pdf>

[7] Santos, A. O. (2022). Epistemologias Negras: novas propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão em Psicologia. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia brasileira na luta antirracista* (Volume 1). Conselho Federal de Psicologia.

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>

[8] Mayorga, C., & Souza, L. M. (2012). Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. *Psicologia Política*, 12(24), 263-281. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4411537>

[9] Costa, E. S, Tavares, J. S. C, & Borges, C. A. M. (2022). A CDH/CFP 2020-2022 na defesa radical da vida. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia brasileira na luta antirracista* (Volume 1). Conselho Federal de Psicologia.

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>

[10] Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf.

[11] Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Quem faz a psicologia brasileira?* Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho (Volume II). Conselho Federal de Psicologia.





NOSSA HISTÓRIA

PAMELA CRISTINA SALLES DA SILVA

Se, nos capítulos anteriores, apontamos como a sociedade brasileira permanece estruturada pelo racismo – mecanismo que força a invisibilidade das epistemologias não hegemônicas e, assim, garante sua própria manutenção –, também evidenciamos o quanto o saber psicológico necessita sustentar-se em uma ética antirracista e em consonância com os direitos humanos. Neste capítulo, ao contar *Nossa História*, damos mostras de que a Psicologia como profissão forjada à muitas mãos não se constrói de maneira abstrata ou neutra, mas sim no interior de tensões sociais e históricas que marcam o país. Registrar a trajetória da Comissão Permanente Étnico-Racial (CER) do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) é, portanto, mais que um exercício de memória institucional: é reafirmar o compromisso coletivo da categoria em enfrentar o racismo como determinante social de sofrimento psíquico e em criar caminhos para práticas profissionais coerentes com a dignidade humana.

Ao narrar este percurso, reconheço que cada passo dado pela Comissão foi tecido em diálogo com profissionais, movimentos sociais e a sociedade civil. Trata-se de uma história que revela tanto os desafios da Psicologia em assumir sua responsabilidade diante do racismo, quanto a potência transformadora de uma construção coletiva que se mantém viva e atuante. Ao me dedicar à escrita de uma história que busca ser factual, buscando historicizar legados, encontrei-me diante de lapsos, ausências e fragmentos; enfrentei o desafio de revisitar fotografias, documentos e registros que se encontravam dispersos, alguns com perda da linha narrativa ou com ideias que inicialmente se contradiziam – o que revelava a complexidade de múltiplas narrativas, assim como pontos de vista em tensão. Nítido ficou que nenhum arquivo, por mais completo, é capaz de abarcar a totalidade das experiências; todo esforço de reunir dados esbarra em silêncios, lacunas e interpretações situadas em determinados locais de fala.

Por isso mesmo, dou início à esta escrita dizendo que minha relação com a Comissão Étnico-Racial do CRP-PR começou no ano de 2020, após convite feito pela Psicóloga Bruna Jacquel-

ne de Moura Lima do Coletivo Ciranda da Paz, em Londrina. Ano pandêmico, de muito medo e sensibilidade, que coincidiu com minha insípida coragem em adentrar “os arames farpados do racismo”, como bem delinea meu amigo Bruno Correia da Mota, que anos antes já havia tentado me convocar a participar de ações do movimento negro e me ouviu dizer: “não tenho corpo para isso!”. Talvez tenha sido a pandemia ou minha imensa admiração pela proposta de cirandar o mundo, esculpida por Bruna, Liduína Amaro Brasil e Alejandra Astrid Leon Cedeno, que forjaram o início desse corpo que hoje tece aqui uma tentativa de contar essa história, que antes da tela do computador ou das páginas deste caderno, se fez como carne sensível, prazerosa, desejosa e dolorida ao mesmo tempo.

Esse capítulo busca, portanto, contar uma história sobre a Comissão Étnico-Racial junto ao CRP-PR, não como uma versão fechada ou definitiva, mas como um gesto de reconhecimento e respeito aos legados de todas as pessoas envolvidas – inclusive aquelas que, por alguma razão, não puderam ser localizadas ou citadas nos achados. Trata-se de uma tentativa de costurar informações até então dispersas em diferentes fontes, compondo um mosaico aberto, em movimento, que também se configura como convite para que outras histórias possam somar-se a esta, construindo um caleidoscópio colorido e multifacetado, tal qual a complexidade do viver. Com essa ação, me atrevo a tentar (re) contar, (re)lembrar, (re)fazer costuras e alinhar esperanças, adentrando uma metodologia insubmissa que convoca o saber de um corpo que é tanto individual quanto coletivo. Nessa tentativa de transbordar, de realizar uma torção na história hegemônica que sempre nos renegou, tento algo como a *Atrevivência* que Ademiel Sant’Anna apontou poeticamente:

E se ao invés de só olhar, puder me atrever a enxergar no escuro? E se ao invés de só ouvir, puder me atrever a escutar cantos e pulsações? E se ao invés de só tocar e/ou pegar, puder me atrever a

tatear? E se ao invés de só engolir ou cuspir, puder me atrever a saborear enquanto conheço novos gostos? Não deveriam ser estas as expressões da clínica e da pesquisa?¹

Os exercícios de *Atevivência* aparecem como vozes que escorrem da carne e se encontram em coro, constituindo-se gesto político e poético. É o corpo em roda, em dança, que desobedece às formas fixadas e, nesse transbordar, liberta cantos e gestualidades ancestrais que se fazem da linguagem. Essa linguagem, por sua vez, não é mero ornamento, mas raiz viva de nossas ancestralidades: contar histórias de quem veio antes e de como a trama se teceu é mais que honrar memórias, é reconhecer laços que nos sustentam. Narrar, nesse horizonte, é também *ORientar* gerações que chegam. Ou como nos ensinou Nego Bispo, pois o movimento do viver não se dá em linha reta, mas no espiralar e em Sankofa: retomar o passado, aprender com ele, constitui gesto de sabedoria que abre caminho para um futuro mais consciente, enraizado e coletivo.

Há quatro meses, no dia 4 de abril de 2025, comemoramos três anos da confirmação de um ato inaugural no Sistema Conselhos de Psicologia no Brasil. É a data em que foi publicada a atualização do Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia do Paraná, no Diário Oficial da União, que, entre outros aspectos, apontou a institucionalização da Comissão Étnico-Racial no corpo de comissões permanentes deste Conselho, ao lado das comissões de Ética (COE), de Orientação e Fiscalização (COF), de Direitos Humanos (CDH) e Comunicação Social (CCS). Mas o que isso significa para as pessoas que atuam como profissionais da Psicologia no Paraná?

Posso começar dizendo que tal ação não se deu de maneira isolada ou repentina. Para que isso tenha sido efetivado, muitas (os/es) profissionais da Psicologia do nosso Estado se empenha-

¹ Sant'Anna, A. (2021). Exercícios de Atevivência [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].

ram por anos, movidas (es/os) pela urgente necessidade de alçar o debate sobre as questões étnico-raciais como ponto basilar de nossa prática. Toda a trajetória de institucionalização da CER foi apoiada por profissionais, dentro e fora da Psicologia, negras (os/es), indígenas, amarelas (os/es) e brancas (os/es) que trilhavam caminhos distintos em torno da questão racial e que foram, aos poucos, unindo-se em direção ao mesmo objetivo: incluir os efeitos psicossociais do racismo na pauta da Psicologia paranaense, adentrar as epistemologias outras que se configuram em resistências sensíveis de diferentes povos do nosso estado e país, abarcando, em suas mais diversas nuances, questões que vão desde a formação até a prática profissional. Tentemos, então, apresentar algumas imagens desta longa história...

Primeiros passos dessa história

O primeiro encontro do que viria a ser a CER ocorreu em 4 de dezembro de 2014, e foi um movimento nomeado, segundo Jefferson Olivatto da Silva, de Psicologia Regional de Guarapuava do CRP/08² e realizado no Campus de Santa Cruz da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Contou com a presença do Conselheiro Luiz Antônio Mariotto Neto da cidade de Cascavel, de Jefferson Olivatto da Silva, então docente na Unicentro, e demais profissionais da região e alunas (es/os) da Faculdade Guairacá. Assim, começou a se formar o primeiro grupo, que estendeu-se com a participação de profissionais e estudantes de Guarapuava.

A reunião sequencial, que ocorreu no início de 2015, contou com a presença de Jefferson Olivatto da Silva (CRP-08/13918), Fernanda de Oliveira Pavão Mascarin (CRP-08/18906), Rafaela Mezzomo (CRP-08/15360), Cristiano Carneiro (CRP-08/11022), Thais Rodrigues dos Santos (CRP-08/23443), Katia Margarete Ferreira da Rosa (CRP-08/16055) – e estudantes de Psicologia, pessoas que também seguiram presentes nas ações da CER nos próximos anos.

Ainda em 2015, em Curitiba, ocorreu o Congresso de Pes-

² Disponibilizado pelo próprio à autora, de arquivo em facebook pessoal Jeff Cassiel.

quisadores Negros e Negras da Região Sul (COPENE Sul) e Jefferson Olivatto da Silva esteve na Mesa do Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia e relações étnico-raciais com Miriam Alves e Alayde Digiovani. No mesmo ano, ocorreu o XV Encontro Paranaense de Psicologia em Londrina, no qual a oficina realizada por Jefferson, “Agregando ações contra o racismo e desenvolvendo a experiência psicológica sobre os efeitos psicossociais do racismo”, chamou a atenção para as questões étnico-raciais. Este evento contou também com a minha participação, na época gerente de ação cultural do município de Londrina, apresentando o estudo “Perspectivas para atuação do psicólogo na política pública de cultura de Londrina”. Muito embora ambos ainda não se conhecessem, nítido estava que os caminhos que trilhavam iriam se cruzar dentro da Comissão.

Ainda em 2016, após a aprovação da CER como Comissão Especial, o grupo de Guarapuava, que já agregava pessoas de outras cidade do Paraná, realizou uma pesquisa censitária no Estado sobre a implicação e reconhecimento de psicólogas (os/es) paranaenses sobre a questão étnico-racial. Organizou também, com o apoio do CRP-PR, um evento específico sobre o tema, intitulado “Psicologia e práticas profissionais para o combate ao racismo”, cuja palestra aconteceu na Unicentro (Campus Guarapuava). Nesse mesmo ano, reuniões e encontros do grupo também possibilitaram a criação e publicação do livro “Caderno de Psicologia e relações étnico-raciais: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo”³, produção assinada coletivamente pelas pessoas colaboradoras e que foi pensada a partir dos questionamentos de profissionais sobre a temática étnico-racial em diferentes áreas, tais como educação, adoção, assistência social e saúde mental.

A autoria deste Caderno Temático foi assumida de forma coletiva pelas pessoas colaboradoras da então Comissão Especial Étnico-Racial, cuja diversidade de trajetórias acadêmicas e profissionais reflete a riqueza da construção que foi apresentada.

³ <https://crppr.org.br/cadernos-tematicos/>

Integraram este processo: Alayde Maria Pinto Digiovanni (CRP-08/01490), vinculada à Unicentro de Irati; Cristiano de Andrade Carneiro (CRP-08/11022), atuante no Serviço Auxiliar da Infância e Juventude da Comarca de Guarapuava; Fernanda de Oliveira Pavão Mascarin (CRP-08/18906), trabalhadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) de Guarapuava; Jefferson Olivatto da Silva (CRP-08/13918), professor da Unicentro de Guarapuava; Katia Margarete Ferreira da Rosa (CRP-08/16055), vinculada ao Ministério da Saúde/ Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI); Rafaela Mezzomo (CRP-08/15360), integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Guarapuava; e Thais Rodrigues dos Santos (CRP-08/23443), mestranda em Educação pela Unicentro. Este conjunto plural de vozes, oriundas de diferentes instituições e campos de atuação, sustenta a proposta de uma autoria compartilhada, reafirmando o caráter coletivo e colaborativo que dá sentido à existência da Comissão.

Pela legitimidade do Conselho, a Comissão pôde ter representação nas plenárias, bem como contou com o apoio estratégico para difundir a ideia de um grupo estadual com a realização de encontros em Guarapuava, Pitanga, Ibiporã, Londrina, União da Vitória e Curitiba, que posteriormente foram ampliados para encontros *on-line*, a fim de favorecer a maior integração de colaboradoras (os/es) de todo o Paraná.

A Comissão permaneceu atuando em prol dos objetivos difundidos desde a criação do Caderno de orientações: explicar o sentido social do racismo e seus efeitos psíquicos; apresentar a amplitude do racismo nas relações intersubjetivas das diferentes áreas da Psicologia; e levantar reflexões acerca das práticas profissionais relacionadas às questões étnico-raciais em diferentes áreas de atuação.

Em 2017, houve a destituição da Comissão Especial Étnico-Racial do quadro de Comissões Especiais e ou Temáticas do CRP-PR, ao que Jefferson Olivatto da Silva afirmou, em foto histórica ao lado de Rafaela Mezzomo, Fernanda de Oliveira Pavão Mascarin e Cristiano Carneiro:

Psicólogos de Guarapuava mantendo a Comissão Étnico-racial ATIVA! O reconhecimento está na coletividade e nas ações compartilhadas com Psicólogos brasileiros. Solange Leite, Lia Vainer Schucman, Edelu Kawahala, Oba Olori-Oba Míriam Alves, Valter DaMata, Clélia Prestes, Luciano Rodrigues, Kelita Araujo, Alayde Digiovanni, Jorge Luis Riscado, Michely Ribeiro da Silva, Luciana Moraes, Luiz Mariotto Pedro Braga Carneiro, Célia Mazza de Souza, para mencionar, e lembrar de parceiros, pois as ações continuarão já que sabemos que o RACISMO ainda é negligenciado nas diferentes áreas da Psicologia.⁴

Em pesquisas no acervo de publicações da página de Facebook do CRP-PR, foi possível observar algumas publicações específicas a respeito da temática étnico-racial, em geral relacionadas à datas comemorativas e com pequenos apontamentos textuais, convidando à leitura completa no site. Tornou-se nítido que, a partir de 2017, foi instituído um Núcleo de Questões Étnico-Raciais dentro da CDH.

A passagem de Comissão Especial para Núcleo de Relações Étnico-Raciais, dentro de uma outra comissão, operou como redução da relevância do debate sobre raça-etnia, ignorando seu caráter como eixo estruturante da sociedade brasileira. Porém, as (es/os) profissionais engajadas (es/os) no grupo que nasceu em Guarapuava mantiveram ampla articulação estadual e deram continuidade às ações, mesmo que fora da instituição CRP-PR, com destaque para o Primeiro Encontro de estudantes Negros e Indígenas da Unicentro.

Muito embora não tenha sido possível localizar detalhes acerca das ações internas da autarquia, identificamos que, em

⁴ Disponibilizado pelo próprio à autora, de arquivo em facebook pessoal Jeff Cassiel em 21 de janeiro de 2017.

2017, o CRP-PR publicou uma série de postagens com a chamada “Para você, o sofrimento do racismo é visível?”, utilizando imagens do projeto “Ah, branco, dá um tempo!”, de Lorena Monique dos Santos, e no Dia da Consciência Negra, a psicóloga Fernanda Pedroza destacou a necessidade de debates raciais permanentes. Chama a atenção o fato de tais publicações não receberem assinatura de autoria. Dentre elas, vimos ainda que, em 2018, o CRP-PR manifestou pesar pela morte da ativista sul-africana Winnie Madikizela Mandela, exaltando sua luta contra o Apartheid e sua defesa da saúde de mulheres e crianças.

Nesse ano, aparece texto da CDH por meio do Núcleo de Questões Étnico-Raciais, relacionado à campanha “Racismo não é mimimi. É preciso escutar esta história”, que contou com artigo de Daniel Fauth Washington Martins ressaltando que “o primeiro passo é levar o racismo a sério” e preparar-se para acolher esse sofrimento. Ainda em 2018, o psicólogo Ramon Andrade Ferreira esteve na entrega da carteira de identidade profissional na sede de Curitiba, recepcionando novos profissionais. Ramon, que é de Curitiba, também aparece na cerimônia de posse da gestão de 2019 e tornou-se conselheiro da XIV Gestão, assim como o psicólogo Paulo Victor Palma Novasconi, de Maringá, que aparece como colaborador. Esses achados nos fazem considerar que ainda havia algum lastro de articulação conjunta entre o grupo original e a continuidade das ações da CER, uma vez que Ramon e Paulo também aparecem em ações posteriores.

Os anos seguintes foram marcados por novas articulações e pela reinserção do “grupo de Guarapuava” nos debates diretos com o CRP-PR. Em 2020, mesmo em meio à pandemia, foram realizadas diversas *lives*: “Saúde da população negra e enfrentamento da violência racista”, com Ramon Andrade Ferreira, Natalia Cesar de Brito e Paulo Vitor Palma Navasconi; “Povos e comunidades tradicionais: defendendo modos de vida em tempos de pandemia”, com Clemilda Santiago Neto, Jefferson Olivatto da Silva da Silva da Silva e Ramon Andrade Ferreira; e “Consciência branca? É preciso se enxergar para ver o outro”, com Rafaela Mezzomo,

Daniel Fauth Washington Martins e Ramon Andrade Ferreira. Essas atividades discutiram desde a branquitude e seus atravessamentos na prática psicológica até a defesa dos direitos de povos tradicionais e a saúde mental da população negra.

A série “Mulheres Negras e Psicólogas”⁵, lançada em 25 de julho de 2020, no Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, pelo CRP-PR por meio da Comissão Étnico-Racial e do Núcleo de Psicologia e Migrações (NUPSIM), teve o objetivo de dar visibilidade às trajetórias de mulheres negras da Psicologia, reunindo depoimentos sobre percursos profissionais, desafios, resistências, práticas clínicas e sociais. Ação coordenada pela psicóloga Rosiane Martins de Souza (CRP-08/14328), que presidia a CER, abre a série que conta com mais doze relatos: Lucielly Conceição dos Santos (CRP-08/23774), Thais Rodrigues dos Santos (CRP-08/23443), Débora Lydinês Martins Corsino (CRP-08/26436), Aline Maiara Demétrio Santos (CRP-08/IS-585), Julia Andressa Romano Silva (CRP-08/31800), Sirlene de França de Souza (CRP-08/23837), Isabella Tormena Ferraz (CRP-08/23019), Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935), Griziele Martins Feitosa (CRP-08/09153), Natália Cesar de Brito (CRP-08/17325), além de Gabriela Isabel Reyes Ormeno, graduada em Psicologia e docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Erika Gomes da Fonseca, graduada em Psicologia também pela UFPR.

Mais do que uma homenagem, a série constituiu um espaço de memória e de escuta, em que as experiências foram contadas pelas próprias protagonistas, deslocando silenciamentos históricos e inscrevendo no arquivo público do Conselho um testemunho coletivo de resistência. Nesse sentido, o projeto se alinha às Referências Técnicas do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) sobre relações raciais⁶ e expressa o compromisso ético da Psicologia com a luta antirracista, contribuindo para uma prática profissional que reconhece a centralidade das epistemologias negras na produção de sabe-

⁵ <https://www.youtube.com/playlist?list=PLD0k-bS6WYpb-E7WQxM0CRBItEMojH7K2>

⁶ https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

res e no cuidado em saúde mental.

O ano de 2021 consolidou a presença da CER nos espaços de discussão política e técnica por meio do I Seminário Regional CREPOP e do III Fórum de Representantes do Controle Social, com o tema “Psicologias e Necropolíticas” em três encontros: “Tem racismo no Brasil?”⁷, “O preto é descartável no Brasil?” e “É o meu lugar de fala?”, com participação de Daniel Fauth Washington Martins, Paulo Vitor Palma Navasconi, Matuzza Sankofa, Ramon Andrade Ferreira, Thais Rodrigues dos Santos e Rosiane Martins de Souza. Nesse ano, Danieli Finhgre Felix falou sobre os desafios enfrentados por estudantes indígenas no ensino superior, intensificados pela pandemia.

Entre diferentes modalidades de ações e materiais desenvolvidos ao longo dos anos, foi apenas no primeiro semestre de 2022, após árduo processo de convencimento e debate em diversas instâncias do Sistema Conselhos, que a CER finalmente passou a integrar o quadro de Comissões Permanentes, após modificação do Regimento Interno do CRP-PR. Com a Resolução nº 6, de 04 de abril de 2022, ficou definido:

Art. 57 – Para a consecução de seus fins, o CRP-08 disporá de Comissões Permanentes, Especiais e Temáticas.

§ 1º – São Permanentes as Comissões: de Ética (COE), de Orientação e Fiscalização (COF), de Direitos Humanos (CDH), Étnico-Racial (CER) e Comunicação Social (CCS).

No mesmo ano, a articulação de membros da CER oportunizou a ampliação das ações, tal como ocorreu na setorial de Campo Mourão com a realização da mesa-redonda “Sankofa: é preciso Enegrecer, Pintar de Jenipapo e Urucum a Psicologia”, na qual a psicóloga Vanessa Terena, do CRP-MS, e o psicólogo paranaense Paulo Vitor Palma Navasconi, apresentaram questões

⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=rWrKixLjCuY>

sobre a Psicologia antirracista, antimanicomial e antiproibicionista, evidenciando uma ciência diversa e não hegemônica com mediação da psicóloga Griziele Martins Feitosa.

Em 2022, também foi possível comemorar os 60 anos da Psicologia brasileira sob o tema “Construir Memórias e Sonhar Futuros”, com uma mesa-redonda enegrecida, isto é, totalmente composta, pela primeira vez, por psicólogas (os/es) palestrantes negras (os/es). A gravação do evento na íntegra está disponível no canal do CRP-PR no YouTube⁸. No mesmo evento houve a instalação da placa com os nomes de todas as pessoas integrantes da CER, no memorial da sede de Curitiba. Uma ação concreta que resplandece a luta e a potência simbólica da atuação coletiva sobre o tema. Ainda sobre estas comemorações, representantes da CER estiveram na audiência pública que comemorou os 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, que aconteceu na Assembleia Legislativa do Paraná.

A CER participou, em 2022, da organização, seleção e entrega do Prêmio Anual de Direitos Humanos do CRP-PR, Edição Cleia Oliveira Cunha, que tem como objetivo identificar, valorizar e fomentar ações de psicólogas (os/es), coletivos e grupos que envolvam a Psicologia na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista, antiproibicionista e antimanicomial.

O ano de 2022 representou ainda outro marco para as pessoas integrantes da Comissão Étnico-Racial, pois estiveram presentes na inauguração da sede do CRP em Londrina e também compuseram chapa na primeira eleição do Sistema Conselhos, que ocorreu com sistematização de categorias de vagas afirmativas. Enquanto estratégia coletiva de resistência política, culminou em posterior eleição pela categoria profissional, com posse, como pessoas conselheiras, em setembro de 2022, em cerimônia marcante na sede de Curitiba.

Foi assim que, pela primeira vez na história do CRP-PR, um plenário foi constituído por diversas pessoas negras organiza-

⁸ https://www.youtube.com/watch?v=AsygzJWBm_E

das coletivamente visando acionar transformações diretas. O XV plenário do CRP-PR contava com os seguintes membros da CER identificados como pessoas pretas e/ou pardas: Psic. Gedeoni Coelho Marques (CRP-08/28627), Psic. Griziele Martins Feitosa (CRP-08/09153), Psic. João Victor da Silva (CRP-08/25123), Psic. Kathia Regina Galdino de Godoy (CRP-08/14630), Psic. Natalia Cesar de Brito (CRP-08/17325), Psic. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935), Psic. Paulo Vitor Palma Navasconi (CRP-08/25820) e Psic. Rosiane Martins de Souza (CRP-08/14328).

O interior do Paraná emerge com destaque nesse novo plenário, sendo que a Psic. Grizieli Martins Feitosa tornou-se, então, a primeira mulher de identidade negra a presidir o CRP-PR, enquanto a Psic. Rosiane Martins de Souza, outra mulher negra, assumiu a vice-presidência. Neste momento, já constituída como Comissão Permanente, assumi a função de coordenar a CER. Em dezembro do mesmo ano, nós três estivemos presentes na posse do novo plenário do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília.

Em 2023, o alcance das ações da CER se ampliou para todo o estado com articulações também em nível da América Latina, tal qual nos ensinou Lélia Gonzalez. Nos quatro primeiros meses, a representação na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do CFP, ocorrida em Brasília, possibilitou importantes articulações e fortalecimento da gestão. Assim como a participação no Congresso Latino-americano de Psicologia (ULAPSI), em Montevideu, Uruguai, possibilitou ampliar redes e perspectivas acerca das questões étnico-raciais especificamente na profissão da pessoa psicóloga, não apenas no Brasil mas também nos demais países do continente. A partir desse encontro, tornou-se nítida a relevância das construções realizadas pela Psicologia brasileira, já que colegas de profissão de outras regiões da América do Sul revelaram se apoiar em nossas obras.

Nos dias 17, 18 e 19 de março, o CRP-PR realizou, em sua sede em Curitiba, o Planejamento Estratégico da Gestão 2022-2025, que reuniu cerca de 70 participantes entre conselheiras (os), colaboradoras (es) e funcionárias (os). O evento foi estru-

turado em grupos de debate que trataram de direitos humanos, ambientais e questões étnico-raciais; exercício profissional da Psicologia; processos internos do Conselho; e interlocução com a categoria e com a sociedade. Também contou com manifestações artísticas que resgataram ancestralidades indígenas e negras, como a apresentação da indígena Ângela Kaingang, além de performances musicais e leituras de poesia.

O ponto alto do encontro foi a palestra de abertura, intitulada “Pacto narcísico da branquitude paranaense: interseções da Psicologia preta e indígena para a transformação social”, ministrada pela psicóloga Maria de Jesus Moura (CRP-02/04617) e pelo ativista indígena Kretã Kaingang, a qual tive a honra de mediar. Essa conferência inaugural estabeleceu o tom crítico e reflexivo do planejamento, reforçando a urgência de uma Psicologia comprometida com o enfrentamento do racismo estrutural e com a valorização dos saberes negros e indígenas como fundamentos de transformação social.

A partir dessa abertura, o Planejamento Estratégico se consolidou como espaço de análise coletiva e de definição de horizontes, apontando para a elaboração do Plano de Ações do Conselho, que viria a organizar as prioridades da Gestão no triênio 2022-2025 e a fortalecer o diálogo entre plenário, corpo funcional e sociedade. Um destaque foi a articulação conjunta das (es/os) membros da CER para que houvesse transversalidade da pauta étnico-racial em todos os eixos.

A plenária ordinária ocorrida em abril de 2023 foi palco de outro marco histórico para a CER. A partir da articulação da então estudante de Psicologia Ana Lúcia Ortiz Martins (Yvoty) em conjunto com a coordenadora da CER, solicitamos ao XV Plenário a criação do Núcleo de Psicologia e Povos Indígenas, com correspondente cadeira permanente para participação nas plenárias. Aprovadas por unanimidade, as solicitações possibilitaram que a partir daquele momento a CER contasse com duas cadeiras representativas fixas nas plenárias. Outro aspecto importante foi a defesa para que, na CER, acolhêssemos também pessoas estu-

dantes, considerando a incipiência de discussões sobre as questões étnico-raciais nas graduações de Psicologia.

A 5ª edição da Revista Cadernos de Psicologias também realizou um movimento importante tanto para a Gestão, quanto à CER, por isso sua finalização em 2023 buscava fazer referência ao Mês da Consciência Negra. Constituiu-se como um marco na valorização da pluralidade e afirmação da presença negra na produção de saberes psicológicos, nomeada de **Vozes Negras na Psicologia**. Mais do que uma publicação, configurou-se como espaço político e epistemológico em que psicólogas (os/es) e estudantes negras (os/es) puderam inscrever suas experiências, reflexões e práticas, trazendo para o centro da Psicologia paranaense vozes historicamente silenciadas. Encarregada do editorial, me inspirei em Djamila Ribeiro e em diálogo com Abdias Nascimento, Bárbara Carine e Leda Maria Martins, para reivindicar a interpluralidade e a alegria vital da ancestralidade africana como fundamentos para a escrita coletiva que se apresentava ali.

Do conselho editorial às páginas da revista, passando pela arte gráfica e pelas referências culturais que a sustentam, tudo foi pensado para afirmar que pessoas negras existem e seguem inscrevendo sua formação, atuação e resistência na Psicologia. Assim, as escritas se entrelaçam em um mesmo movimento: romper com formas monoculturais, abrir espaço para saberes insurgentes e afirmar que a Psicologia, quando enegrecida, dança em espirais de tempo, memória e criação. Cabe ressaltar que, a partir de junho de 2023, me retirei da função de coordenadora da CER, agora assumida por Rosiane Martins de Souza, concomitantemente ao posto de vice-presidenta. Mantive, porém, a minha função como Presidenta do conselho editorial da revista. Entre dezembro de 2023 até o final de junho de 2024, me ausentei temporariamente das colaborações junto à CER e à Revista Cadernos de Psicologias, pois estive em licença do plenário.

Infelizmente, no início de 2025, o site do CRP-PR sofreu um ataque cibernético, o qual apagou diversas publicações, entre elas muitas das divulgações de ações da CER que não estavam

arquivadas em outro *cache*. Isso impossibilitou recuperar o histórico detalhado de ações do segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024, fato que também incidiu sobre mudanças nos meios de arquivar as informações e demais dados relativos à história e memória institucional. Em reação e resposta a este ataque, a CER está integrando o GT Memórias, que visa a localização, organização e acesso *on-line* dos dados históricos do CRP-PR, o que inclui a construção de projeto específico para garantir a sua guarda e divulgação.

Foi possível resgatar, via Facebook do CRP-PR, que no início de 2024 ocorreu a Jornada de Direitos Humanos e Segurança Pública, realizada em Foz do Iguaçu nos dias 15 e 16 de março de 2024, na qual a CER se mobilizou integralmente para participar, fortalecendo o diálogo e a troca de experiências com representantes de outras comissões étnico-raciais dos Conselhos Regionais de Psicologia de diferentes estados que também prestigiaram o evento. Essa articulação coletiva reafirmou a importância da pauta racial no campo da Psicologia e consolidou a inserção da Comissão em um movimento mais amplo de integração nacional, voltado à defesa dos direitos humanos e ao enfrentamento das desigualdades.

Diferentes formas de (re)existir

A plenária em que seria apreciado o meu retorno após a licença coincidiu com um episódio de grande impacto para o XV Plenário do CRP-PR. No dia 22 de junho de 2024, parte do colegiado requisitou a mudança da diretoria, antecipando a eleição que até então estava acordada para setembro. Segundo nota do CRP-PR, a medida, que constava na pauta do dia, enviada antecipadamente a todas as pessoas conselheiras, foi conduzida de acordo com os atos regimentais. Contudo, ainda que formalmente embasada, a decisão revelou-se o estopim de um conflito até então latente, trazendo à superfície o debate sobre racismo estrutural, problemas de pessoalização na condução da gestão, insatisfações e ressentimentos acumulados, resultando em uma

ruptura significativa.

Parte das pessoas conselheiras – muitas delas integrantes da CER – decidiram deixar a gestão de maneira deliberada, retirando-se imediatamente da plenária, em movimento semelhante ao que já havia ocorrido em outros CRPs do Brasil. Essa manifestação se expressou simbolicamente por meio de uma carta coletiva. No texto, as (es/os) signatárias (es/os) afirmavam compreender que o ocorrido configurava uma manobra para destituir o projeto eleito e consolidado coletivamente no Planejamento Estratégico. Em seguida, a carta destacava que a substituição da primeira presidenta negra, oriunda do interior, por uma mulher branca, da capital, era compreendida como símbolo de retorno à hegemonia anterior e de “enterro” do compromisso com a Psicologia antirracista e com a interiorização do Conselho.

A carta mobilizava a noção de “discriminação institucional”, nos termos de Cida Bento: práticas que, mesmo sem intenção declarada de discriminar, produzem efeitos desproporcionais sobre grupos historicamente vulnerabilizados. Para criticar o “legalismo” desvinculado de justiça, o texto evocava ainda que a própria escravização fora legalizada – recurso retórico utilizado para diferenciar legalidade formal de legitimidade democrática.

A reunião convocada pela coordenação da CER, imediatamente após o ocorrido, marcou um ponto decisivo na história dessa comissão. A saída deliberada de diversos membros foi anunciada como resistência ao racismo institucional. Entre as pessoas presentes, tendo presenciado ou não o ocorrido, muitas qualificaram a situação como desrespeitosa, chegando a nomeá-la como um verdadeiro “espetáculo de horror”, tamanha presença de expressões típicas do racismo estrutural. Dessa forma, o episódio passou a simbolizar duas maneiras de resistir diante da violência: para algumas pessoas, a saída representava um gesto político de denúncia, uma recusa em legitimar um processo considerado racista e violento; para outras pessoas, permanecer era também um ato de coragem e resistência contra esse sistema.

Diante da necessidade de reposicionar a CER no interior da

gestão, as integrantes que decidiram permanecer entraram em intenso debate com as pessoas conselheiras que tinham se organizado enquanto diretoria, até que foi deliberado que Kathia Regina Galdino de Godoy assumiria a vice-presidência e eu a secretaria, além de retomar a Coordenação da CER. A decisão foi atravessada por tensões institucionais e disputas de sentido, mas consolidou-se como condição essencial para nossa permanência. Ocorrência que expressou uma escolha de resistência: ocupar a gestão por dentro, tensionar as estruturas e garantir que a pauta racial não fosse relegada a um plano secundário. Nesse contexto, algumas pessoas integrantes da CER também optaram por permanecer colaborando, entre elas Jefferson, Marli, Jessy, Suzete, Julia, Alana, Fábio, Danieli, Aline, Ananda, Ronaldo e Ana (Yvoty) – muito embora feridos enquanto coletivo, fomos, aos poucos, sustentando conjuntamente a continuidade das pautas.

No encerramento do XV Encontro Paranaense de Psicologia, o qual tive a honra de presidir, compartilhei poeticamente esse processo. Movida pela emoção de concluir um ciclo iniciado por colegas que já não estavam mais na gestão, evoquei a memória da diáspora africana como metáfora: imagem da dor da ruptura e, ao mesmo tempo, da responsabilidade herdada de seguir adiante:

Outro dia, em um café da manhã, ouvi de Juliana Gomes do CRP-RJ como ela entendia o que ocorreu aqui conosco. Sua fala ecoou com tanta força dentro de mim, que disse imediatamente a ela que passaria a contar a outras pessoas essa imagem que ela revelou tão bem: quando os Nossos foram forçados a atravessar o mar, muitos resistiram pulando do navio, outros ficaram. Nós somos herdeiros daqueles que ficaram, carregando a dor daqueles que pularam!

Sendo assim, a cena vivida naquela plenária não se encerra

em si mesma. Ela reverbera como memória incômoda que insiste em retornar, nos convocando e convocando a própria Psicologia a olhar para suas contradições. Entre a necessidade de abandonar o barco e a dor de remar em águas turbulentas, alguns escolheram a segunda via por compromisso com a história de luta que antecede e ultrapassa cada pessoa presente. Um episódio que se transforma em signo histórico: de um lado, ele expõe a ferida aberta pela discriminação institucional; de outro, testemunha que nenhuma tentativa de silenciamento é definitiva. A CER, mesmo atravessada por tensões, reafirmou sua função de horizonte ético e insurgente dentro da Psicologia, inscrevendo no corpo da instituição a marca das epistemologias indígenas e negras, assim como da memória diaspórica, pois como nos ensinou Conceição Evaristo: “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”!

Florescendo nas frestas

Luiz Antonio Simas nos ensina sobre um Brasil profundo, expresso nas culturas populares, nas vielas e nas ruas. Historiador do samba, dos santos e dos orixás, e demais símbolos desse território multifacetado, afirma que: “é na fresta que o corpo terreiriza-se e se forma uma cultura de festa; não porque a vida é boa, mas pela razão inversa”⁹. Imagem ideal para a tônica que se configurou nos meses posteriores à cisão.

No segundo semestre de 2024, iniciou-se a série de ações estratégicas colocando em ação o Artº 70 do Regimento Interno do CRP-PR, Resolução nº 6 de 4 de abril de 2022, documento que tornou a Comissão Étnico-Racial Permanente dentro da autarquia:

São atribuições da Comissão Étnico-Racial promover a discussão sobre as questões étnico-raciais por intermédio de campanhas, eventos, produções teóricas e subsídios técnicos, no sentido

⁹ <https://www.instagram.com/p/CwkErlpu4Yv/>

de orientar profissionais, estudantes e comunidade em geral sobre a importância da temática na sociedade brasileira.

Em outubro, a Comissão contribuiu com a consulta pública sobre as Referências Técnicas para Atuação com Povos Quilombolas, promovida pelo CFP e pelo CREPOP, participando ativamente da elaboração de diretrizes voltadas à escuta ética e situada nos territórios quilombolas. Ainda nesse mês, participou de uma visita técnica ao CRP-RJ no âmbito do projeto Memórias do CRP-PR, aprofundando diálogos sobre preservação documental e memória institucional.

Durante a 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), realizada entre 22 e 25 de outubro na UFPR, integrantes da Comissão participaram da sessão especial “Desafios éticos, avaliação psicológica e a interseção entre Psicologia, cultura e contexto”, ressaltando a urgência de práticas comprometidas com a diversidade e com o enfrentamento do racismo estrutural neste campo. Outubro de 2024 foi ainda o mês em que a cidade de Maringá recebeu as ações preparatórias ao XV Encontro Paranaense de Psicologia, nomeadas de “Mobiliza”. No âmbito da programação, destacaram-se mesas e debates que colocaram em evidência temáticas urgentes à Psicologia contemporânea e ao compromisso ético-político da profissão. A mesa “Violência e preconceito na escola: em discussão a realidade social”, contou com a presença da psicóloga Alana Araceli Placidino Gonçalves (CRP-08/31846), integrante da CER, que articulou reflexões sobre os desafios cotidianos enfrentados no espaço escolar. Nessa ocasião, outras comissões do CRP também estiveram representadas, fortalecendo o diálogo interdisciplinar acerca da realidade social da educação.

De modo semelhante, a mesa “Psicologia no SUAS: interfaces com o sistema de justiça e políticas públicas”, com participação de Fábio Henrique Arevalo (CRP-08/15617), integrante da CER, consolidou a importância da Psicologia na articulação

entre políticas públicas, justiça e assistência social. Assim como no encontro anterior, a presença de representantes de outras comissões enriqueceu as discussões, ampliando as perspectivas de análise. Por fim, a mesa “Branquitude: o que tenho a ver com isso?”, composta por Camila Kaingang, Juuara Armond, Thiago de Souza e por mim, marcou o lugar da CER no centro do debate sobre hierarquias raciais que estruturam a sociedade brasileira. A partir dessa composição, destacou-se não apenas a denúncia das desigualdades, mas a convocação à responsabilização ética de profissionais e instituições, reafirmando a centralidade da dimensão racial para a Psicologia.

Em novembro de 2024, a presença da Comissão se estendeu a espaços nacionais e internacionais. Entre os dias 7 e 9, participou do Seminário Latinoamericano realizado em Mendoza, na Argentina, onde foram debatidas políticas públicas e estratégias de fortalecimento da Psicologia frente às vulnerabilidades sociais na América Latina. No dia 9, esteve presente na 9ª Marcha do Orgulho Crespo de Curitiba, reafirmando o compromisso com a valorização da estética e identidade negra. Ainda em novembro, promoveu uma formação interna voltada a conselheiras (os/es), funcionárias (os/es) e colaboradoras (es) do CRP-PR, com o tema “A presença negra na cidade de Curitiba”, ação voltada à educação institucional antirracista.

No dia 21 de novembro de 2024, a Comissão integrou o Seminário Nacional “(Re)existências Brasis”, realizado pelo CFP em Brasília, fortalecendo o debate sobre descolonização dos saberes e reconstrução de existências negras e indígenas no fazer psicológico. Nos dias 25 e 26, organizou a Jornada da Consciência Negra do CRP-PR, com mesas e atividades formativas sobre racismo, saúde mental e resistência cultural. A agenda do mês foi finalizada com a Campanha do 20 de Novembro, reafirmando, por meio de ação comunicacional, o compromisso ético-político da Psicologia com os valores afro-brasileiros e a equidade racial.

A história da Comissão Étnico-Racial se entrelaça também com a trajetória da Resolução CFP nº 18/2002, normativa pioneira

ra que estabeleceu diretrizes éticas para a atuação de psicólogas e psicólogos frente ao racismo, inspirada em marcos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e tratados internacionais de combate à discriminação. Ao longo da gestão, a CER participou ativamente dos debates sobre sua atualização, com a representação de Paulo Victor Palma Novasconi no GT da APAF, reafirmando o compromisso do Paraná em contribuir para uma Psicologia Antirracista. Em 2024, eu, enquanto coordenadora da Comissão, estive presente na APAF em que se deliberou pela continuidade do GT, pressionando a categoria diante da ausência de atualização da normativa por mais de duas décadas. Esse gesto reafirma a marca histórica da CER: propor, cobrar e sustentar a centralidade da pauta étnico-racial como fundamento ético da profissão e como defesa da própria Psicologia.

Além dessas ações, a CER também manteve atuação contínua e representativa no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná (CONSEPIR-PR), contribuindo com o diálogo interinstitucional sobre políticas públicas voltadas à população negra e indígena. Colaboradoras (es) participaram de conferências nacionais sobre igualdade racial, ampliando o alcance das pautas étnico-raciais na Psicologia e fortalecendo o protagonismo negro e indígena dentro do Sistema Conselhos. Do mesmo modo, a atuação da Comissão prosseguiu ao longo dos anos oportunizando orientações sobre temas específicos e dando apoio estratégico às Comissões de Ética e Fiscalização do Conselho, assim como às demais Comissões especiais e temáticas. Também no quesito orientações à categoria, os textos para a coluna Étnico-Racial na Revista Contato seguiram cumprindo o papel de levar não apenas orientações, mas, principalmente, perspectivas críticas e atuais nesse campo temático; e uma reunião aberta oportunizou explicitar às pessoas interessadas o escopo de atuação, objetivando o acesso de possíveis novos integrantes dispostos a colaborar e expandir o campo.

Desde o segundo semestre de 2024, a Comissão protagonizou a organização do XVIII Encontro Paranaense de Psicologia,

incluindo o “Encontro de Resistências: Psicologia, Negritude e Saúde Mental” e o “Encontro Povos Indígenas”, que ocorreu em fevereiro de 2025, em Maringá. O evento convocou a categoria a reavaliar e transformar a prática da Psicologia, destacando a importância de integrar os conhecimentos e as experiências de todos os povos, promovendo uma prática mais justa, inclusiva e culturalmente rica. Reuniu profissionais, estudantes e movimentos sociais em torno de três eixos: “Decolonizar Saberes”, “Resgatar a História” e “Cultivar o Futuro Ancestral”. Por meio de fóruns, rodas de conversa e plenárias, este caderno temático foi produzido, em conjunto com o caderno “Raízes que tecem cuidado: Psicologia e Povos Indígenas” e a cartilha educativa “Cuidar sem colonizar: ética, cultura e práticas em Psicologia”. Materiais produzidos coletivamente e colaborativamente, que representam o acúmulo de saberes e escutas vivenciados ao longo do evento e que se propõem como ferramenta orientadora, pedagógica e política para a categoria.

Em sintonia com esse compromisso, o XVIII Encontro Paranaense de Psicologia abrigou a primeira edição do “Prêmio Iniciação para Pessoas Acadêmicas e Jovens Profissionais da Psicologia”, promovido pelo CRP-PR por meio da CDH e CER. Inspirado nos ritos ancestrais de iniciação, o prêmio simbolizou a passagem para uma nova etapa da trajetória profissional, marcando o compromisso das novas gerações com o território, a ancestralidade, as culturas tradicionais e a promoção da saúde mental. Ao todo, 19 trabalhos foram avaliados pela banca examinadora, dos quais 12 foram premiados, incluindo duas menções honrosas. A iniciativa revelou o engajamento de estudantes e jovens profissionais com o tema central do encontro, evidenciando a potência de uma Psicologia que se ancora na crítica social e na transformação cultural.

Foram entregues Menções Honrosas aos trabalhos: *Relações entre racismo, colonialismo e necropolítica sob a perspectiva crítica da psicanálise; A identidade de homens negros de pele clara: mascaramento de identidade racial e cegueira racial nas*

demandas psicológicas. Na modalidade Relatos de Experiência, Eixo: Decolonizar Saberes, foram premiados: 1º lugar – *Práticas decoloniais extensionistas: relato de experiência de uma oficina de capoeira como instrumento de promoção de saúde para e na sociedade*; 2º lugar – *Perspectivas do interior: tensionamentos entre a psicologia e as ruralidades*; e 3º lugar – *O papel do coletivo uni(di)versidade na valorização de conhecimentos locais e inclusivos*. No eixo: Resgatar a História, foram premiados: 1º lugar – *Vozes abafadas: grupo de apoio para famílias de pessoas com deficiência*; 2º lugar – *Resgatando histórias silenciadas: a valorização das narrativas femininas na privação de liberdade na cadeia pública de Santo Antônio da Platina*; 2º lugar – *Novas roupagens para velhas histórias: um estudo sobre a interdição de um hospital psiquiátrico no interior do Paraná* (nesta categoria, dois trabalhos compartilharam a segunda colocação por atingirem notas iguais). E no Eixo: Cultivar o Futuro Ancestral, foi premiado o trabalho *Arteterapia como cultivo do futuro ancestral em clínicas de reabilitação*. Na modalidade: Inquietações Teóricas, Eixo: Decolonizar Saberes, foram premiados: 1º lugar – *Eco-ansiedade na psique e desenvolvimento emocional dos jovens na era do colapso ambiental*; 2º lugar – *À sombra da psicologia: o xamanismo e a descolonização do ser*; e 3º lugar – *Os mortos importam: epistemologias alternativas de existência e vinculação*.

Enquanto Comissão, semeamos passos em muitas veredas do Sistema Conselhos e espaços de mobilização social que fortalecem a Psicologia como ciência e profissão. Nossa trajetória se fez corpo-presença constante: estivemos nos Congressos Regionais de Psicologia (Corepsis) ao longo de diversos anos, tecendo debates regionais que ecoam para além das fronteiras locais. Também levantamos voz e gesto nos Congressos Nacionais de Psicologia, com destaque para o 12º CNP que ocorreu em julho de 2025, onde reafirmamos a importância de uma prática comprometida com a transformação social e com a escuta das diferenças. Em roda com tantas outras vozes, inscrevemos nossa travessia coletiva: não apenas ocupar, mas tensionar e mover

as estruturas; não apenas participar, mas abrir brechas, semear novas possibilidades, plantar sementes de futuro nos territórios onde a Psicologia se sonha, se reinventa e se disputa. Nossa caminhada se ancora em memória e se projeta em movimento, sustentando a convicção de que o fazer psicológico é também ato político, ético e enraizado na vida cotidiana.

Que venham muitas outras histórias

Encerrando esse capítulo, reconheço que narrar a trajetória da Comissão Permanente Étnico-Racial do CRP-PR é muito mais do que um exercício de recuperação da memória: é um gesto político e afetivo de afirmação de presença. Cada nome lembrado, cada documento revisitado, cada fotografia recomposta no tecido desta narrativa é também um testemunho da luta para que as questões étnico-raciais não sigam relegadas à margem do fazer psicológico. Contar essa história é, portanto, um ato de in-submissão diante do esquecimento e uma aposta no futuro.

O que aqui se apresenta não é um ponto final, mas uma pausa: um lugar de respiração que nos permite enxergar que a institucionalização da CER não foi um acaso, tampouco um movimento isolado. Foi, e continua sendo, resultado de um esforço coletivo, árduo e persistente, que transformou a dor em potência e a indignação em ação organizada. A cada passo da Comissão, é possível observar como os afetos, as indignações e os compromissos éticos se converteram em prática política, até chegarem ao reconhecimento formal de uma Comissão Permanente no interior do Conselho.

Registrar este percurso dentro de um caderno temático de orientações não significa apenas oferecer subsídios técnicos ou referenciais de atuação. É, antes de tudo, propor que o trabalho psicológico se reconheça em diálogo com as realidades concretas do país – um país atravessado por desigualdades raciais históricas que moldam subjetividades e produzem sofrimentos. Ao reunir essa história no corpo deste caderno, colocamos nas mãos da categoria um testemunho vivo de que é possível, e necessá-

rio, transformar indignação em ética profissional, memória em orientação prática, luta em compromisso coletivo.

Se hoje celebramos a institucionalização da CER, celebramos também a coragem de quem, antes, ousou sonhar com esse momento. Celebramos a insistência em nomear o racismo como determinante social de sofrimento psíquico, mesmo quando isso parecia deslocado ou incômodo. Celebramos a construção coletiva que, em tempos de pandemia e de medo, se fez corpo desejoso de mudança. E celebramos, sobretudo, a possibilidade de continuar cirandando, porque essa história não é de um fim, mas de uma continuidade que se renova em cada nova psicóloga, psicólogo ou estudante que se deixa convocar pelo chamado ético da luta antirracista.

Que nossa trajetória possa também servir de traçado orientativo, não como modelo a ser seguido, mas como inspiração para que prossigam e persistam nas ações. Que este registro encoraje a profissão a se atualizar diante da realidade de nossa população, não cedendo mais ao pensamento hegemônico e normatizante, mas aprendendo com outras epistemologias imersas nas questões étnico-raciais. Assim, este capítulo permanece aberto: convite vivo para que outras mãos escrevam, outras vozes narrem e outros corpos se reconheçam nesse caleidoscópio de memórias, fazendo da Psicologia no Paraná, e no Brasil, uma prática crítica, plural e radicalmente comprometida com a dignidade humana.





REGISTROS IMAGÉTICOS





2015 - CER no COPENE Sul Curitiba UFPR
(Ao centro Jefferson Olivatto)



2015 - CER Reunião 1- Grupo de Guarapuava CER



2016 - (Divulgação) Evento CER



2016 - (Divulgação) Evento CER2



2017 - Grupo de Guarapuava (Da esquerda para direita Rafaela Contessotto, Jefferson O, Fernanda Mascarin e Cristiano Carneiro)



2018 - (Ramon Andrade entrega de CIP)



2019 - (À esquerda Psic. Ramon Andrade) -
Posse da gestão



2019 - (Ramon Andrade dançando Breaking) - Posse



2019 - (Ao centro Psic. Paulo Novasconi) - Posse



2020 - (Divulgação) Série Mulheres Negras e Psicólogas da CER



2020 - (Divulgação) Evento CER



2020 - (Divulgação) Evento CER



2020 - (Divulgação) Evento CER



2021 - (Divulgação) Evento Psicologia e Necropolítica



2021 - (Divulgação) Evento Psicologias e Necropolíticas



2022 - (À esquerda Paulo Novasconi) - Recebendo o Prêmio Direitos Humanos



2022 - (Ao centro de vermelho Gedeoni Coelho Marques e a extrema direita João Victor da Silva - Posse)



2022 - (Da esquerda para direita Ramon Ferreira e Jefferson Olivatto - Comemoração 60 anos psic)



2022 - CER participando do 11 Corepsi - Curitiba/PR



2022 - (Da esquerda para direita Psic. Griziele, Pamela e Rosiane) - Comemoração 60 anos psic



2022 - (Da esquerda para direita Psic. Jefferson, Grizieli, Pamela e Rosiane) - Sede Londrina/PR



2022 - (Da esquerda para direita Psic. Griziele, Rosiane, Jefferson, Kathia e Nathalia) - Sede Londrina/PR



2022 - (Da esquerda para direita Psic. Nathalia Brito, Robenilson Barreto) - Comemoração 60 anos psic



2022 - (Da esquerda para direita Psic. Nathalia Brito, Robenilson Barreto, Ramon Ferreira e Jefferson Olivatto) - Comemoração 60 anos psic



2022 - (Da esquerda para direita Psic. Nathalia e Rosiane) - Placa comemorativa Membros da CER, Sede Curitiba/PR



2022 - (Da esquerda para direita Ronaldo, Paulo, Kathia, Rafaela e Grizieli) - Sessão solene 60 anos psic. ALP/PR



2022 - (Da esquerda para direita, Psic. Pamela Salles, Paulo Novasconi e Rosiane Martins) - Posse



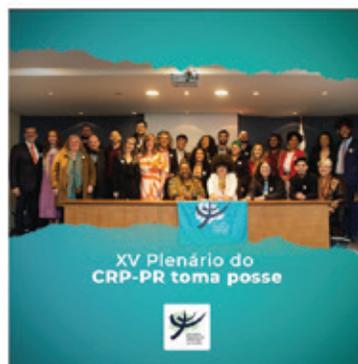
2022 - (Divulgação) CER Permanente - junho



2022 - (Divulgação) Consciência negra com fotos da CER - novembro



2022 (Divulgação) Evento - Campo Mourão - CER



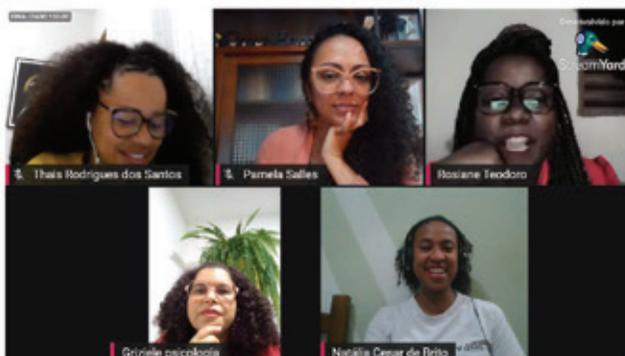
2022 - Posse XV Plenário - Muitos integrantes da CER



2022 - Integrantes da CER na apresentação de chapas ao final do 11º COREPSI - Curitiba/PR



2022 - Grizeli realizando a abertura dos trabalhos no Planejamento Estratégico 2022 - 2025



2022 - Julho da pretas - Ação do Dia da Mulher Latino Americana e Caribenha



2022 - (Psic. Jefferson Olivatto) - Plenária Londrina/PR



2022 - (Suzete Ferreira) - C.Eleitoral - Posse



2022 - (Thais Rodrigues dos Santos) -
Comemoração 60 anos psic.



2022 - Alacridade - Posse gestão 2022/2025 -
(Pamela, Kathia, Rosiane e Nathalia_K)



2022 - (Ao centro Paulo Novasconi)- Sessão solene 60 anos psic. ALEP - PR



2022 - (Ao centro Rosiane Martins) -
Entregando premio de Direitos Humanos ao
Coletivo Ciranda da Paz



2022 - (Membros da CER) - Comemoração
60 anos Psic. e Placa comemorativa CER



2022 - Mesa da Comemoração dos 60 anos da Psic



2022 - Mesa do Prêmio Direitos Humanos



2023 - (Ao centro com cocar Kretã Kaingang, do seu lado direito Maria de Jesus Moura) - Abertura do Planejamento estratégico



2023 - CER em homenagem relacionada o Premio de Direitos Humanos coletivo Ciranda da Paz Londrina



2023 - CER na APAF



2023 - CER no Planejamento estratégico



2023 - (Divulgação) Cadernos de psicologia temática - Vozes Negras



2023 - (Divulgação) - Foto de Danieli Finhgere Felix - Nucleo Psic. Povos Indigenas



2023 - (Da esquerda para direita-Helena, Grizieli, Fabio, Pamela, Julia e Nathalia) - ULAPSI



2023 - (Fábio Arevalo compondo mesa com psis indígenas) - ULAPSI



2023 - Integrantes da CER em Oficina - ULAPSI



2023 - Reunião de Psicólogos Negros - ULAPSI



2023 - ULAPSI



2023 - (À esquerda Psic. Rosiane) - ULAPSI



2023 - (Ao fundo a esquerda Paulo, Pamela e Jefferson) - Homenagem ao ultimo durante Planejamento estratégico



2023 - CER articulada no Planejamento estratégico



2023 - Integrantes da CER no Planejamento estratégico



2024 - CER- (De azul Rosiane e ao centro de branco Grizeli, com integrantes de CRPs na Jornada de direitos humanos) - Foz do Iguaçu/PR



2024 - CER e Psis Negres e Indígenas do Brasil - ULAPSI



2024 - CER na Jornada de Direitos Humanos - Foz do Iguaçu/PR



2024 - (Da esquerda para direita Ana "Yvoty",
Rosiane, Grizieli) - Jornada de
Direitos Humanos - Foz do Iguaçu/PR



2024 - (Da esquerda para direita Ana "Yvoty",
Rosiane, Grizieli) - Jornada de Direitos
Humanos - Foz do Iguaçu/PR



2024 - Jornada de Direitos Humanos - Foz do Iguaçu/PR



2024 - (Julia Gindre) - COPENE



2024 - (Divulgação) - Jornada Psicologia e o atend. CER



2024 - (Divulgação) - Jornada Psicologia e o atend. CER



2024 - (Divulgação) - Jornada Psicologia e o atend. CER



2024 - Marcha do orgulho crespo- Marli - CER



2024 - (Julia Gindre) - COPENE2



2024 - CER na Jornada de Direitos Humanos - Foz do Iguaçu/PR



2024 - (Da esquerda para direita Psic. Marli, Mauren e Suzete)- Marcha do Orgulho Crespo - Curitiba/PR



2024 - (Da esquerda para direita Psic. Rosene, Grizieli e Ana Lígia) - Jornada de Direitos Humanos - Foz do Iguaçu/PR



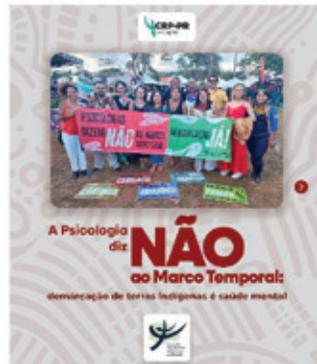
2024 - (Danieli Finhgre Felix e Thais Rodrigues) - COPENE



2024 -Jornada de Direitos Humanos - Foz do Iguaçu/PR



2025 - (Divulgação) Participação do núcleo Psic. Povos Indígenas no ATL



2025 - (Divulgação) Participação do núcleo Psic. Povos Indígenas no ATL



2025 - Resistências da CER no 12CNP



2025 - Abertura XVIII EPP -
Grupo Kaigang vânh ga os donos do mato -
Maringá/PR



2025 - Abertura XVIII EPP -
Grupo Kaigang vânh ga os donos do mato -
Maringá/PR



2025 - Abertura XVIII EPP -
Grupo Kaigang vânh ga os donos do mato -
Maringá/PR



2025 - Abertura XVIII EPP -
Grupo Kaigang vânh ga os donos do mato -
Maringá/PR



2025 - Abertura XVIII EPP -
Grupo Kaigang vânh ga os donos do mato -
Maringá/PR



2025 - Abertura XVIII EPP -
Grupo Kaingang vânh ga os donos do mato -
Maringá/PR



2025 - Abertura XVIII EPP -
Grupo Kaingang vânh ga os donos do mato -
Maringá/PR



2025 - XVIII EPP - (À direita de verde Julia Gingre)



2025 - XVIII EPP - Abertura - (Da esquerda para
Direita- Psic. Paulo Amarante, Altieres e
Nita Tuxá) - Maringá/PR



2025 - XVIII EPP - Abertura -
(Jessica Cerimonialista)



2025 - XVIII EPP - Abertura no Teatro Kallil -
Maringá/PR



2025 - XVIII EPP - (Ao centro Dr. Nilson Gabriel com o filho) - Mesa sobre ética Decolonial



2025 - XVIII EPP - (Ao centro Juliana Lopes e à direita Kathia) - CRP RJ



2025 - XVIII EPP - (Ao Centro Kathia) - Fórum SUAS



2025 - XVIII EPP - (Ao centro Marli Nunes dos Santos)



2025 - XVIII EPP - (Ao centro Rejane Kaigang e Danieli Finhgre Felix)



2025 - XVIII EPP - (Da esquerda para direita Anne Cleyanne e Alejandra Cedeño, Pamela)



2025 - XVIII EPP - (Da esquerda para direita
Camila Kaigang, Ananda Maquehue, Itaynara Tuxá,
Fábio Arevalo, Nita Tuxá)



2025 - XVIII EPP -
(Da esquerda para direita Psic.
Nita Tuxá, Aline e Itaynara Tuxá)



2025 - XVIII EPP - (Da esquerda para direita
Rejane Kaigakg, Ana "Yvoty", Fábio Arevalo)



2025 - XVIII EPP - Espaço de confraternização - UEM



2025 - XVIII EPP - Fórum Resistências -
(Ao centro Thiago Pereira, a direita Max do CRP)



2025 - XVIII EPP - Fórum Resistências -
(Da esquerda para direita Bruno - RJ_ Renata e Yara - SC)



2025 - XVIII EPP - Fórum Resistências -
(Membros de diversos CRPs)



2025 - XVIII EPP - Fórum Resistências



2025 - XVIII EPP - Membros do
Núcleo Psicologia e Povos Indígenas



2025 - XVIII EPP - Oficina de Artesanato e cultura indígena



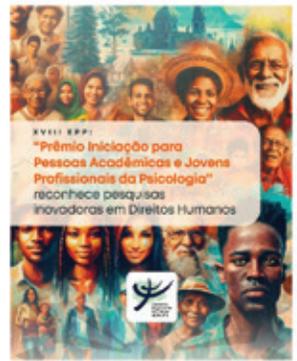
2025 - XVIII EPP - (Paulo e Hudson)



2025 - XVIII EPP - Abertura Oficial - (Da esquerda para
direita Psic. Pamela Salles, Gisele mendes,
Celia Mazza, Nita Tuxá e Ana Lígia)



2025 - XVIII EPP - Abertura Oficial



2025 - (Divulgação) Premio EPP



2025 - (Divulgação) XVIII EPP



SOBRE NÓS



BRUNO CORREIA DA MOTA - CRP 06/137686

Doutorando e mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPSI/UFRRJ), com graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Psicólogo, docente universitário e pesquisador nas áreas de relações étnico-raciais e estudos pós-Junguianos. Atua como coordenador de articulação política da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) (ANPSINEP) e é vice-líder do Laboratório de Psicologia e Informações Afrodescendentes (LAPSIAFRO) da UFRRJ. Professor no Centro Universitário das Américas (FAM).



GABRIELE SOARES CORRÊA - CRP 08/41929

Psicóloga formada pela FAE Centro Universitário (Curitiba) e pós-graduada em Psicologia Infantil e Psicologia da Aprendizagem, da Personalidade e do Desenvolvimento pela Instituição de Ensino Faculeste. Psicóloga clínica e psicóloga em regime estatutário em Piraquara-PR, compondo o quadro da educação e atuando diretamente com crianças e adolescentes com dificuldades de

aprendizagem, necessidades de estimulação cognitiva e social. Participante da Comissão de Psicologia Escolar e integrante da Comissão Étnico-Racial do CRP desde 2024, diante da necessidade pessoal de compartilhar saberes afro-brasileiros e escapar da lógica colonialista que perpetua a sociedade brasileira como um todo.



JESSY NICOLE MELLO DE SOUZA - CRP 08/28614

Formada em Psicologia pela Faculdade Unicampo, atua na Psicologia clínica e social com foco em saúde mental, políticas públicas e controle social, especialmente voltada às populações historicamente marginalizadas. Está como vice-presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher e do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) de Campo Mourão-PR, além de integrar a Comissão Étnico-Racial Permanente do CRP. Participa ativamente de coletivos ligados à luta antirracista, feminista e LGBTQIA+. Seu trabalho é marcado pelo compromisso ético-político na promoção da equidade, da justiça social e dos direitos humanos.



JULIA GINDRE SOREANO LOPES - CRP 08/32661

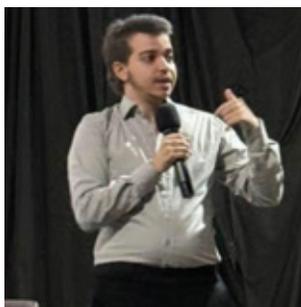
Psicóloga, mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com especialização em Gestão de Pessoas pela Universidade de São Paulo (USP), Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e Saúde da Mulher pela UEL. Atua na clínica e em serviços públicos com ênfase em saúde mental, direitos humanos, educação, relações étnico-raciais e gênero. Integra coletivos e comissões profissionais com foco na promoção da equidade e da justiça social.



KATHIA REGINA GALDINO DE GODOY - CRP 08/14630

Mulher negra, mãe, apaixonada por políticas públicas. Servidora do município de Londrina-PR com experiência em CREAS e atendimento à população em situação de rua. Mestra em Psicologia Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-graduada em Saúde Mental, Gestão de Políticas Públicas para Infância e Juventude e em Educação Especial. Colaboradora da Comissão de Psicologia e Assistência Social e da Comissão Permanente Étnico-Racial do CRP-PR. Atualmente, é conselheira do XV Plenário

do CRP-PR e compõe o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF).



LUCCA DIAS ARIEIRA - CRP 08/44319

Psicólogo formado pela Universidade Paranaense (Unipar), pós-graduando em Sexologia Aplicada pelo Instituto Paulista de Sexualidade (InPaSex), participa da Comissão Transcetrada e trabalha com Psicologia clínica em Umuarama-PR.



PAMELA CRISTINA SALLES DA SILVA - CRP 08/20935

É psicoterapeuta, graduada em Psicologia e especialista em Psicologia da Saúde e Clínica (UniFil), mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutoranda na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPSI/UFRRJ). Pesquisadora, editora, contadora de histórias e educadora. Possui experiência do magistério à pós-graduação. Como gestora cultural, atuou na implantação da plataforma Londrina Cultura - alicerce da política pública de cultura de Londrina. Em 2023,

ministrou a primeira disciplina sobre Psicologia das Epistemologias Afro-brasileiras na pós-graduação em Psicologia da UEL. Em 2024, foi bolsista da Fundação Cultural Palmares com projeto voltado à contação de histórias em território de mestres e mestras de cultura, na Chapada dos Veadeiros-GO, e também atuou como colunista na Rádio UEL FM com “Escuto histórias de amor dos orixás”. Coordenou o Conselho Editorial da Revista Cadernos de Psicologias, secretariou o CRP-PR e coordenou a Comissão Étnico-Racial na Gestão 2022-2025. É ilustradora e coautora do livro infantil “A aventura de Cida em Brankitudy” pelo selo do Instituto Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) e integra a articulação nacional em defesa do PL 1176/2011 pela valorização dos mestres e mestras de cultura e da sabedoria popular.











Que esta publicação possa seguir circulando como território de escuta, como encruzilhada de saberes e como afirmação de que outras Psicologias – negras, indígenas, populares, comunitárias, insurgentes – não só são possíveis, como já estão sendo tecidas. Que cada página lida convoque a continuidade do que iniciamos, para um fazer profissional capaz de seguir com ética e conhecimento, resistindo sensivelmente, re-imaginando mundos possíveis, em conjunto, em roda e com alacridade!

NÚCLEO DE PSICOLOGIA E NEGRITUDES

